



ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FAFE, REALIZADA NO DIA VINTE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS-----

-----Aos vinte dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três, reuniu a Assembleia Municipal de Fafe, em sessão ordinária, sob a presidência do **Presidente da Mesa**, Raul Jorge Fernandes da Cunha, e dada a ausência do **Primeiro Secretário** e do **Segundo Secretário**, foram convidados Maria José Pereira Gonçalves Marques e Honorato Manuel Peixoto Silva, para ocupar os respetivos lugares.-----

-----O **Presidente da Mesa** informou que a sessão da Assembleia estava a ser transmitida em direto e que o público que pretendesse intervir deveria proceder à sua inscrição. -----

-----De seguida, procedeu à leitura dos seguintes pedidos de substituição: eleitos pelo PS, os deputados Carlos José Santos da Cunha, José Manuel Gonçalves Domingues e Maria de Fátima Pereira Oliveira Caldeira, eleitos pelo PS; Maria do Carmo Castro Fernandes Cunha, Rodolfo Ribeiro, Rosinda Triguinho e Simão Fernandes, eleitos pelo PCP/PEV.-----

Pediram, também, a sua substituição os Presidentes da Junta de Freguesia de Paços, Arões Santa Cristina e Ribeiros.-----

-----Tomaram assento os elementos que se seguiam nas respetivas listas por se encontrarem presentes na sala. Verificada a existência de quórum, com a presença de cinquenta e um membros, pelo **Presidente da Mesa** foi declarada aberta a sessão quando eram vinte e uma horas e trinta minutos.-----

-----O **Presidente da Mesa** informou que o expediente, cuja relação foi distribuída pelos Senhores Deputados, se encontrava disponível para consulta.-----

-----Entrou-se no **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**.-----

-----Foi dada a palavra a **Gilberto Vítor Cunha Nogueira, eleito pelo Partido Chega**, para dizer que no dia anterior tinha sido um dia muito negro para a democracia em Fafe. Os que se diziam a favor da democracia foram incapazes de conviver com a mensagem política dos cartazes do Chega que diziam: “Vamos acabar com a corrupção e com os tachos”. Afirmou que a proposta para a remoção dos cartazes tinha sido feita pelo Senhor Presidente da Câmara e aprovada pelo PSD, erradamente, alegando que estava em causa o decreto de lei 330/90, de 23 de Outubro, o código da publicidade que, no artigo terceiro, diz: “Para efeitos do presente diploma não se considera



publicidade propaganda política...”. Mencionou que bastava o Senhor Presidente ler, mas que ficava claro que não tinha lido. Afirmou que segundo a Comissão Nacional de Eleições a atividade de propaganda, com e sem cariz eleitoral, era livre em locais públicos e o desrespeito por isso era um atentado à liberdade de expressão que estava consagrada na Constituição. Sabiam que isso era presenciar perseguição política por causa da mensagem dos cartazes, referindo que também sabiam que quem mais se dizia democrata e colocava o cravo ao peito no 25 de Abril, era quem mais perseguia e limitava a liberdade de expressão. O que não esperavam era que essa perseguição fosse tão direta, porque apesar da proposta do Presidente da Câmara ir no sentido da generalidade, apenas os cartazes do Chega tinham sido retirados, afirmando que no dia da realização da presente sessão tinha verificado que os cartazes de outras entidades políticas não tinham sido removidos, pelo que questionou o Presidente da Câmara sobre o motivo pelo qual só tinham retirado os cartazes do Chega e em que medida estavam a perturbar e os outros, como os do Partido Comunista, não estavam, por exemplo.-----

Questionou ainda em que medida os cartazes do Chega eram publicidade, se a lei dizia que não eram; em que medida os seus cartazes lesavam a ocupação dos espaços públicos e os do Partido Comunista, não. Afirmou que os cartazes do Chega tinham sido removidos sumariamente e de forma covarde, sem a instauração de qualquer processo competente, quer no âmbito administrativo, quer no âmbito municipal, sem direito a contraditório, perguntando sobre onde estava a sua democracia e seu respeito pela lei e pela Constituição. Mencionou que a liberdade de expressão estava a ser ameaçada e já tinham percebido que o respeito pela democracia só interessava se servisse para atacar o Chega, deixando bem claro que no presente era o Chega, e no futuro poderia ser qualquer outro partido, não aceitando que lhe limitassem as liberdades. Terminou, informando que o Partido Chega ia utilizar todos os meios legais ao seu alcance e que, pelos motivos expostos, apresentavam um voto de protesto à Mesa.-----

-----Pelo **Presidente da Mesa** foi dito que o voto de protesto tinha dado entrada.----

-----De seguida usou da palavra **Pedro Manuel Lopes Magalhães, eleito pelo PPD/PSD**, que, reportando-se a uma notícia sobre a compra de uma locomotiva à CP por parte do município onde constava que, entre a aquisição, transporte e restauro, pelo valor de cento e doze mil euros, se essa locomotiva seria integrada na Estação de Memória, subentendia-se antiga estação junto às Águas de Fafe. Afirmou que a poucos



metros em linha reta da estação de Memória, se erguia o Castro de Santo Ovídio, um espaço referenciado pela página do município como as mais antigas referências ao povoado de Fafe e nem assim tinha merecido a melhor atenção dos executivos fafenses. Mencionou que sabia que não era uma obra que dava votos, mas era uma intervenção que pecava sempre por tardia. Continuou, mencionando que aquele espaço, classificado como de interesse público desde 1980, nunca tinha tido a dimensão nem a projeção que devia ter e a pouca que tivera tinha sido de forma consistente e deveu-se essencialmente à persistência de pessoas a título individual e associativo. Pelo que questionou sobre a previsão de algum tipo de intervenção no Castro de Santo Ovídio, de forma a valorizar o património arqueológico fafense, divulgando e criando acessos e condições para a inclusão no panorama cultural do Concelho, sugerindo a inclusão de um plano de pormenor na revisão do PDM, uma vez que o período tinha sido alargado até dezanove de Janeiro, estando perante uma mais-valia histórica e turística por explorar.-----

----- Seguidamente, foi dada a palavra a **João Manuel Fonseca da Silva e Sousa, eleito pelo PPD/PSD**, para dizer que, decorrido o primeiro semestre e até à data, os estudantes de Fafe ainda não tinham recebido as bolsas de estudo aprovadas na Assembleia, pelo que questionou se se passava alguma coisa, se não havia dinheiro na rubrica, se tinha sido gasto noutra coisa. Afirmou, ainda, que estavam a meses de um novo ato eleitoral e, até à data, os membros das mesas do anterior ato eleitoral não tinham recebido a compensação. -----

Alertou para o facto de nos fins-de-semana se continuar a ver, nas margens da Barragem de Queimadela, motos a passear, mencionando que os passadiços estavam a ficar danificados, talvez pelo excessivo uso dos velocípedes que lá passavam, afirmando que em outros concelhos era proibido circular nesses lugares. Nestes termos, questionou se a Câmara ia tomar alguma medida nesse sentido. Por fim, disse que tinha sido o primeiro a dar os parabéns pelo projeto da limpeza das margens do Rio Vizela, Bugio e Ferro, contudo, estavam no final do ano e esses trabalhos deveriam estar concluídos, questionando se o financiamento se iria manter.---

----- De seguida, usou da palavra **Ricardo Jorge Lobo Matos Soares Fernandes, eleito pelo PPD/PSD**, para afirmar que dezembro de dois mil e vinte e três ficava marcado por alguns acontecimentos notórios para o concelho de Fafe e que passariam



a figurar na história fafenses, nomeadamente, que a iluminação de natal assumia proporções e efeitos nunca vistos no núcleo urbano do concelho, o que a muitos orgulhava; o Presidente da Câmara tinha-se deslocado a um restaurante de fast-food para proceder à sua inauguração e passaram cem anos sobre a data que figurava no medalhão frontal e cimeiro do edifício do Teatro Cinema de Fafe, que assinalava a conclusão da sua construção. De todos os mencionados acontecimentos, o único sobre o qual a Assembleia Municipal se tinha debruçado, votado e aprovado, por unanimidade, uma recomendação para se organizar um conjunto de eventos que assinalassem a efeméride foi a comemoração do 100º aniversário do Teatro Cinema de Fafe. A iniciar-se no decurso do ano e que findasse no ano seguinte. Nada foi feito.-----

Mencionou que o atual executivo olhava para o pelouro da cultura como se de uma comissão de festas responsável por organizar o arraial se tratasse. Disse que não havia uma política cultural para o concelho, os eventos e as iniciativas serviam para alavancar a política de cultura e artes no Concelho, não o contrário, afirmando que o contrário era populismo. Mencionou que numa jogada de antecipação às críticas que se faziam ouvir e que seriam materializadas na Assembleia, a Vereadora responsável pelo pelouro, usou o espaço no jornal Notícias de Fafe, destinado ao Partido Socialista, para anunciar o que seria anunciado sobre o ciclo evocativo do centenário do Teatro Cinema, mas apenas em dez de janeiro de dois mil e catorze. Afirmou que não era uma representante do Partido Socialista quem devia anunciar e usar o Teatro Cinema de Fafe para a luta e promoção partidária. Referiu que era a vereadora da cultura de Fafe que representava Fafe e os Fafenses de todos os partidos que o deveria fazer e nos locais próprios. -----

Referiu que o ano de dois mil e vinte e três tinha passado e, inevitavelmente, ficaria para a história de Fafe e que o ano assinalado no medalhão do edifício nem uma luz, nem um cartaz, nem um concerto, nem uma iniciativa, apenas um post nas redes sociais. Afirmou que se existia um tão ambicioso programa de eventos, como se referia a Vereadora no dito artigo, porque não o tinha apresentado no passado dia dez de Dezembro do corrente ano. Reportando-se ao conjunto de espetáculos para o ano de 2024, mencionou que esperavam poder estar presentes em algo que aconteça, uma vez que, como era referido no artigo, a melhor forma de comemorar o centenário do Teatro Cinema era estar presente e defender a cultura, desde que isso se tornasse uma realidade. Afirmou que a cultura do fast-food com muito sal, muito açúcar, muito



refrigerante ao som e luz psicadélico, satisfazia o gosto pelo imediato, mas não deixava nada de bom, degradava o corpo e o espírito, que o diga o Presidente da Assembleia, médico de profissão, e que, enquanto Presidente de Câmara tinha introduzido um ambicioso evento como Fafe Terra Justa, que colocava Fafe na centralidade do setor da solidariedade, do conhecimento do social, o chamado terceiro setor, transformando a parte negativa da imagem de Fafe de terra de justiceiros, de justiça popular, da justiça pelas próprias mãos, pela violência, convertendo-a numa imagem de terra de justiça social, com a intervenção dos melhores do mundo nessa área e em cada momento, deixando mensagens positivas e inovadoras para o futuro perenes. Referiu que era verdade que não tinha o brilho açucarado das Luzes de Natal na rua ou a intensidade salgada dos mega concertos de música, mas tinha deixado a marca na nossa história, que pretendia transformar efetivamente a imagem do Concelho, enobrecer a sua população. Salientou que esse evento se tinha perdido no frenesim dos eventos de consumo imediato levado a cabo pelo atual executivo. Prosseguiu dizendo que, dezembro de 2023 era como todos os dezembros o mês do Natal e antecedia o começo de um novo ano. -----

Mencionou que esperava que no ano que se seguia tivessem um concelho melhor, sem serem aterrados pelos resíduos do consumo imediato e com a verdadeira atividade e política cultural no concelho.-----

-----De seguida foi dada a palavra a **Bruno Manuel da Silva Oliveira, eleito pelo Grupo de Cidadãos Eleitores “José Ribeiro por Fafe Sempre”** que iniciou a sua intervenção dizendo que dois dos pontos que ia referir já tinham sido enunciados, mas sobre os quais esperava ansiosamente por respostas por parte do Presidente da Câmara, nomeadamente sobre a questão do centenário do teatro cinema, uma vez que tinha tido o prazer de estar presente no evento que tinha decorrido no Teatro Cinema na semana anterior à presente sessão, organizado por parte da CIM e todas as pessoas que lá estiveram presentes, inclusive o Presidente do Câmara. Mencionou que a casa tinha sido amplamente elogiada e gabada pelos presentes, dizendo que deixar passar uma data como a do centenário era no mínimo triste, para não pôr outros adjetivos que não abonavam em nada a Assembleia. -----

A outra questão, relacionada com a limpeza das margens dos rios, dizendo que, na qualidade de habitante de uma freguesia atravessada pelo rio Ferro, a única coisa que tinha visto tinha sido uma limpeza ligeira das margens do rio, o que em nada traduzia



aquilo que a Vereadora Marta Gonçalves tinha informado, aquando da sessão de esclarecimento na sua freguesia. Mencionou que o projeto seria para terminar a 31 de Dezembro do corrente ano e que muito havia ainda para fazer e garantidamente não ficaria feito até essa data, isso se fosse cumprido aquilo que estava enunciado inicialmente. -----

Voltou a abordar um assunto que já tinha sido falado e cuja informação tinha sido no sentido de que iria ser resolvido a curto prazo, que era a questão da instalação de um multibanco na Central de Camionagem, pelo que pretendia saber o que se passava. Sobre a questão da iluminação, perguntou o que se tinha passado, porque parecia-lhe que a sua colocação estava a ser efetuada um bocadinho aos soluços, questionando se a falha era da empresa ou se tinha sido pedido aos bocadinhos.-----

-----De seguida, foi dada a palavra a **José Manuel Martins Ribeiro, eleito pelo Grupo de Cidadãos Eleitores “José Ribeiro por Fafe Sempre”** que começou por dizer ao Presidente da Câmara que vinha aqui para ajudá-lo, não o tendo propriamente criticado e era nesse tom que na presente sessão também o pretendia fazer. Mencionou que, sobre as Iluminações de Natal, globalmente batia palmas e saudava o Presidente da Câmara pelas mesmas, afirmando que, de facto, o Município nunca tinha investido tanto dinheiro como no presente ano, apesar dos sobressaltos de mais uma rua ou outra, que globalmente a cidade estava atrativa, estava bonita, questionando sobre o custo total das iluminações. -----

Referiu ainda que relativamente ao relatório do Festival da Vitela do ano anterior, já solicitado na Assembleia, nunca tinha tido conhecimento do mesmo. Voltou a insistir no presente ano, porque no ano anterior o executivo tinha alterado a sua organização, tendo, no corrente ano, voltado ao modelo primitivo, embora com muito pouca participação dos restaurantes, que salvo erro, tinham sido apenas três, o que levava a que se refletisse sobre a organização do evento. Reportando-se ao evento dizendo que julgava ter lido que tinham sido vendidas três mil refeições, mencionando que era muito pouco. Afirmou que se recordava que no primeiro ano em que se fez o evento, circulou na comunicação social com os exageros que essas coisas tinham, que tinham sido vendidas oito mil, portanto, estavam quase a um terço daquilo que tinha sido a organização inicial e feitas as contas, diria que a Câmara, se calhar poupava oferecendo as refeições, isto caso as três mil refeições tenham sido os números oficiais, pelo que gostava de ouvir o Presidente da Câmara sobre o assunto e saber se estava a



equacionar ou se estava a refletir sobre uma melhor organização porque o festival da vitela era importante e achava que se devia fazer, mas em que moldes. Referiu que era preciso dar passos seguros para o credibilizar e acreditar o produto que queriam vender, que não era propriamente aquilo que acontecia e, aí a Confraria também tinha responsabilidades. -----

Prosseguiu perguntado sobre a Estação da Memória, uma vez que tinha lido que era intenção abrir em 25 de Abril, o espaço como Museu da Imigração ou Memória, pelo que perguntou se não era suposto que aquele espaço fosse para acolher o espólio do Pintor Pompeu. -----

Sobre o centenário do Cine Teatro, reiterava aquilo que já sido referido anteriormente, acrescentando apenas que, independentemente de poder ser aceitável fazer um programa de comemoração do centenário em dois mil e vinte e quatro, pelo menos tinha que haver um concerto, uma sessão, qualquer coisa que assinalasse o dia no ano de dois mil e vinte e três, o que Infelizmente não tinha acontecido. -----

Solicitou, também, esclarecimentos sobre a questão do pagamento das obras da Cumieira, por parte dos proprietários. -----

Voltando à fonte da Pereira, porque já tinha dito numa Assembleia anterior que havia placas, mas agora já não havia, salientou que já tinha solicitado que pudesse haver uma informação porque a fonte tinha muita utilização e muita procura, mesmo por pessoas de fora do Concelho que vinham buscar água aquela fonte, pelo que pedia que houvesse uma informação mínima para quem utilizava a fonte e que a Câmara, independentemente das questões da legalidade, pudesse colocar informação para sossegar quem lá ia recolher água. -----

Terminou, afirmando que sabia que existia movimentações no sentido de se dar um nome à biblioteca, pelo que pedia ao Executivo que ponderasse bem se devia ou não começar a dar nome aos edifícios. Afirmou que não tinha nada contra a Soledade Summavielle, bem pelo contrário, mas de todo não lhe parecia bem que a biblioteca passasse a chamar-se Soledade Summavielle, com todos os méritos que naturalmente a senhora tinha tido e a importância que tinha para o Concelho.-----

-----Posteriormente interveio **Alexandre Dias Leite, eleito pelo PCP/PEV**, que iniciou a sua intervenção como tema da propaganda, por ser um assunto sobre liberdades, direitos e garantias e que era uma questão que tocava muito ao PCP.



Afirmou que, por não ter meios de comunicação ao seu dispor, usavam bastante a propaganda de rua, o contacto direto e ficava incomodado ao perceber que vivia num concelho em que a Câmara pretendia censurar propaganda política. Mencionou que, no presente momento, ainda não tinham sido retiradas estruturas do partido que representava, mas havia a ameaça de as retirar, definindo-a como uma ameaça antidemocrática, que devia ser muito bem explicada. -----

Afirmou que existia uma decisão da Câmara baseada em leis, uma delas de 1988, referindo que, de 1988 até à presente data, os presidentes de Câmara eram todos burros e não sabiam ler a lei e deixaram que a propaganda estivesse onde sempre esteve ou este é que era o inteligente. Alegava-se naquela decisão da Câmara que as estruturas ao encostar ao poste de eletricidade, podiam estragar o mesmo, pelo que afirmou que, nos últimos 40 anos, não tinha ideia de ter recebido uma queixa da EDP ou da Câmara dizer que a estrutura estava a estragar algo, bem como o valor dos estragos, salientando que nunca tinha havido qualquer queixa, estranhando, por isso, que, em 2023, as estruturas de propaganda começassem a estragar as estruturas públicas. Relativamente às árvores, a lei dizia que as estruturas não deviam ser pregadas, por forma a não estragar o seu tronco, pelo que qualquer partido podia encostar propaganda política nas árvores. Afirmou contudo que se a Câmara lia a lei dessa maneira, poderia começar já no dia seguinte a ser coerente e a cumprir a lei, retirando as iluminações de Natal porque várias estavam amarradas com cordas em árvores e aquelas luzes que estavam enroladas nos troncos estavam pregadas, tendo pregos a segurar as luzes, por isso, se quisessem ser coerentes, podiam começar no dia seguinte à presente sessão. Quando ao PCP, afirmou que não pretendiam tirar a propaganda e que tinham pedido um parecer à Comissão Nacional de Eleições sobre essa matéria, deixando um desafio ao Presidente da Câmara que era cumprir a decisão ou a recomendação que a Comissão Nacional de Eleições viesse a fazer. -----

Quanto ao Santo Ovídio e o sítio arqueológico, já falado, mencionou que tinha havido uma obra nessa zona protegida, desconhecendo se a Câmara teve ou não conhecimento, pelo que pretendia saber quais foram as diligências que a Câmara tinha tomado sobre este assunto. -----

Terminou colocando questões mais práticas, concretamente se na variante em frente às bombas da Galp, junto dos mercados, quando chovia, se era normal formar-se um lençol de água que por vezes atingia bastantes centímetros de altura, tendo já havido



acidentes, pelo queria saber se a Câmara pretendia, de alguma maneira, resolver essa situação ou se já tinham pensado sobre isso; Relativamente à Avenida do Brasil, junto ao hotel, um sítio de muito atravessamento pedonal da zona da Granja para a Avenida de São Jorge, afirmou que, vindos da Avenida de São Jorge ou da Granja tinham que descer quase até meio da Avenida Brasil para poderem atravessar para o outro lado, pretende saber se a Câmara equacionava colocar aí uma passadeira.-----

-----Terminadas as intervenções, pelo **Presidente da Mesa** foi solicitado que fossem entregues à Mesa as propostas que, entretanto, tinham sido distribuídas por todos os Senhores Deputados que tiveram oportunidade de as conhecer e refletir sobre elas. Nesse seguimento, iniciou o período de discussão e votação dessas propostas.-----

- **Voto de Pesar pelo falecimento de Albino da Silva**, subscrito por todos os grupos parlamentares, tendo-se procedido à sua leitura (Anexo 1).-----

-----Não havendo intervenções, foi colocada a votação, tendo sido **aprovada, por unanimidade**.-----

- **Voto de Louvor a Paula Dias**, mestrado em engenharia de gestão de sistemas de informação, subscrito pelo PSD/PPD, tendo-se procedido à sua leitura (Anexo 2).-----

-----Não havendo intervenções, foi colocada a votação, tendo sido **aprovada, por unanimidade**.-----

- **Moção de Solidariedade com o Povo Palestino**, subscrita pelo PCP/PEV, com o seguinte teor: “No ano em que se assinalam 75 anos da Nakba de 1948, em que forças israelitas deslocaram e expropriaram cerca de 750 mil palestinianos de suas casas e terras, o povo palestiniano continua vítima de um regime de segregação racial e debaixo de uma campanha de limpeza étnica. Em 2018, entre muitos outros exemplos e perante o silêncio da comunidade Internacional, Israel perpetró mais um brutal ataque às manifestações pacíficas designadas “Grande Marcha do Retorno”, onde morreram 223 pessoas e foram feridas 9 mil. Segundo o escritório das Nações Unidas para a coordenação de assuntos humanitários na Palestina, até ao dia 12 de Junho, a ação das forças realistas nos territórios palestinianos ocupados provocaram 145 mortos e 4901 feridos. EM igual período foram presas 1628 pessoas e 625 perderam a sua habitação. Em paralelo, foram registados 441 ataques de colonos sobre a população palestiniana, ataques contaram com a cumplicidade das forças militares israelitas. Assaltos das forças de ocupação israelitas, povoações e Campos de refugiados palestinianos, bem como a violência dos colonos e as prisões arbitrarias, há muito que



são o cotidiano de homens e Mulheres, crianças e jovens e mais velhos, tanto em casa como na Cisjordânia. Em Gaza, onde vivem cerca de 2,2 milhões de pessoas, numa verdadeira prisão a céu aberto, sem possuir os direitos mais básicos, Israel impõe, desde 2006, um bloqueio criminoso, cruel e desumano, privando de água, comida, medicamentos e energia, milhões de seres humanos e insistentemente desrespeito ao direito Internacional humanitário. A partir de 7 de Outubro, marcado pelo ataque do Hamas a Israel, este último desenvolve em nome da autodefesa e do objetivo de destruição do Hamas, ataques bárbaros ao povo palestino, seja em Gaza, seja na Cisjordânia, onde nem existe o Hamas, deixando claro que o objetivo principal é intensificar uma campanha de ódio, humilhação e massacre ao povo palestino. Antes do ataque do Hamas, 2023 já era o ano mais mortífero para as pessoas palestinas na Cisjordânia em mais de duas décadas. Não é autodefesa matar civis palestinos, atacar hospitais, ambulâncias, escolas, abrigos e infraestruturas. Não é autodefesa matar mais de uma centena de funcionários da ONU. A desumanidade a que o povo palestino tem sido sujeito, não é tal, como referido neste texto, consequência dos ataques do dia 7 de Outubro. É assim, a conivência de vários Estados que afirmam o direito de Israel a defender-se, uma ação pensada, planeada e contínua de desumanização dos palestinos. A conivência com a política de Israel contra o povo palestino é corresponsável pela escalada de violência e ameaça afundar a região do Médio Oriente numa guerra de grandes proporções. Até ao momento foram assassinados, pelo Estado Israel, cerca de 20 mil pessoas, das quais estamos a falar até ao momento, a partir de 7 de Outubro, 20000 pessoas, das quais 70% são crianças e mulheres, somando mais de 50 mil feridos e muitas centenas de desaparecidos nos escombros de edifícios. Desde o início dos ataques de Israel, cerca de 1,9 milhões de palestinos foram obrigados a sair de suas casas. Impõe-se, por isso, um cessar-fogo imediato, o acesso incondicional e constante à ajuda humanitária para socorrer a população que está a ser vítima das ações de Israel e o fim da agressão à Faixa de Gaza. Os acontecimentos que se estão a desenrolar no quadro do chamado conflito israelo-palestino são resultado de décadas de ocupação a um Estado soberano e independente, da permanente violação de todas as resoluções da ONU e acordos internacionais sobre a questão palestina, da inexistência desde há muitos anos, de um real processo político com vista à resolução do conflito no respeito pelos inalienáveis direitos nacionais do povo palestino. O caminho para a paz só será possível com



justiça para com o povo palestino, com o respeito pelo direito Internacional, com a concretização de uma solução política através do cumprimento das resoluções da ONU, com o fim da política de ocupação e opressão por parte de Israel. Assim, a Assembleia Municipal de Fafe, reunida a 20/12/2023: 1 - Expressa a sua solidariedade para com as vítimas da atual escalada de violência na Palestina e de 75 anos de política de ocupação e de violação do direito Internacional por parte de Israel; 2 - Condena de forma veemente a brutal violência das forças militares israelitas contra o povo palestino; 3 - Apela a um cessar-fogo imediato, permanente e duradouro em Gaza; 4 - Insta o Governo português a que, à luz da Constituição da República Portuguesa, assumira uma posição clara de defesa do imediato cumprimento do direito do povo palestino a um Estado soberano independente, com as fronteiras de 1967 e capital em Jerusalém Oriental, e a efetivação do direito de retorno dos refugiados no cumprimento das resoluções da ONU; 5 - Remeter esta proposta para o Senhor Presidente da República, Senhor Presidente da Assembleia da República, Senhor Primeiro-Ministro, Ministro dos Negócios Estrangeiros, líderes dos grupos parlamentares, a Embaixada de Israel em Portugal e missão diplomática da Palestina em Portugal” (Anexo3).-----

-----Pelo **Presidente da Mesa** foi dito que gostava de votar a moção, mas estava com alguma dificuldade dado que a mesma não continha uma única frase de condenação. Dava conta dos acontecimentos de 7 de Outubro, do ataque bárbaro que o Hamas desenvolveu em territórios israelita e que tinha dado origem a tudo isso. Portanto, não ia votar favoravelmente porque não tinha nenhuma condenação, nem nos considerando, nem nas propostas, portanto, não conseguia, em consciência, votar favoravelmente como gostaria, concordando que a solução passasse por aplicar naquele território as deliberações da ONU.-----

-----Solicitou a palavra **José Manuel Martins Ribeiro, eleito pelo Grupo de Cidadãos Eleitores “José Ribeiro por Fafe Sempre”**, para dizer que se colocava exatamente na posição do Presidente da Assembleia e certamente de outros membros da Assembleia Municipal. Afirmou que, quando a Rússia invadiu a Ucrânia, a CDU tinha apresentado uma proposta semelhante. Mencionou que era óbvio que eram solidários com o povo que sofria com a guerra, alguns deles certamente merecidamente, outros não tendo nada a ver com ela, provavelmente a maioria, contudo a CDU tinha que ser clara também relativamente aos atos que originaram depois essas escaladas. Referiu que



não havia dúvida nenhuma de que a Rússia invadiu um país soberano, tinha morto, de forma indiscriminada, civis, atacado ambulâncias, hospitais, escolas, etc. Obviamente que, apesar de Israel ser a única democracia naquela zona, pelo menos a medida daquele povo, que votava, que elegia os seus representantes, não como a democracia da Rússia. Prosseguiu dizendo que obviamente condenava a desproporção com que Israel estava a retaliar aquele ataque terrorista de 7 de Outubro e eventualmente sem ser ideológico, sem ir ao pormenor daquilo que era dito, obviamente que também se tivesse uma condenação claríssima da invasão terrorista, estariam confortavelmente a votar favoravelmente.-----

-----Posteriormente foi dada a palavra a **Armindo Manuel Tavares Fernandes, eleito pelo PS**, para dizer que ia falar em nome pessoal e não em nome do Partido Socialista. Afirmou que a moção apresentada tinha visão unívoca, no entanto, tinha uma explicação, referindo que seria bom que todos se lembrassem que o diferendo entre os palestinianos e os Israelitas não começou no dia 7 de Outubro, mas logo após o fim da Segunda Guerra, fazendo uma pequena resenha sobre os acontecimentos. Salientou que esse ataque terrorismo era, como muitos dos que foram cometidos de 1946 até ao momento, e de ambas as partes, fazendo notar que o Hamas é uma criação de Israel, não era uma criação dos Palestínianos, precisamente para combater. A forma como Israel estava a reagir àquele ataque era desproporcional, portanto votava a moção apresentada.-----

-----Solicitou, novamente a palavra **Alexandre Dias Leite, eleito pelo PCP/PEV**, para dizer que considerava que tinha acontecido no dia 7 de Outubro, um ato terrorista e ninguém tinha dúvidas sobre isso, mataram-se civis inocentes. Condenava todos os ataques terroristas, no entanto, não era uma moção para condenar os ataques terroristas, era uma moção sobre a ocupação de Israel.-----

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação, tendo sido **aprovada, por maioria, com cinco votos a favor e 26 abstenções**.-----

- **Moção “Feira dos Livros”, apresentado pelo PCP/PEV**, e lida pelo Deputado Alexandre Leite (Anexo 4).-----

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação, tendo sido **aprovada, por unanimidade**.-----

-----Pelo **Presidente da Mesa** foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para prestar os esclarecimentos solicitados.-----



-----O **Presidente da Câmara** tomou a palavra e agradecendo as questões que lhe foram colocadas, passou a responder de forma sucinta:-----

- Sobre a propaganda, afirmou que o executivo que liderava respeitava todas as forças políticas e toda a liberdade de serem disseminadas as suas mensagens por todas as vias e em todos os locais permitidos por lei. Portanto, não havia censura absolutamente nenhuma. Aquilo que o executivo aprovou, por unanimidade, foi promover à remoção de todos os suportes publicitários e também de propaganda afixados em equipamentos públicos, designadamente, sinais de trânsito e postos de iluminação e também, naturalmente, os suportes publicitários e de propaganda afixados nas árvores integrantes do arvoredo urbano. Mencionou que se a propaganda do Chega tinha sido removida era porque não estava em conformidade com a lei. Se a propaganda da CDU não tinha sido removida era porque estava em condições e, portanto, não o seria. Informou que o assunto já tinha sido, por duas vezes devidamente analisado pelos juristas da Câmara e até já tinha sido objeto de uma reunião com a CDU, estando assim completamente disponível para acolher aquilo que fosse a interpretação que a Comissão Nacional de Eleições viesse a ditar sobre o assunto, nem poderia ser de outra maneira;-----

- Relativamente ao Castro de Santo Ovídio, afirmou que merecia toda a atenção, que existia uma lacuna que foi preenchida há sensivelmente um mês ou 2 meses, com a contratação de um arqueólogo, que não havia no quadro de pessoal da Câmara. Informou que o primeiro trabalho dele foi efetivamente no Castro de Santo Ovídio e já tinham um plano de trabalhos e de intervenções delineadas. Já tinha sido solicitada à Direção Regional de Cultura do Norte para acompanhar essas intervenções, autorizá-las e acompanhá-las e, portanto, brevemente fariam essa intervenção;-----

- Quanto ao regulamento de atribuição de bolsas de estudo, informou que estava a decorrer uma alteração ao procedimento, passando as candidaturas a ser por via digital, garantindo que todas as bolsas de estudo seriam atribuídas o mais rapidamente possível; -----

- Lamentou o facto de nos passadiços haver circulação de motas, embora a sinalização estivesse lá colocada e reforçada, mencionando que iria providenciar uma maior fiscalização;-----

- Quanto à limpeza dos rios, informou que os trabalhos estavam de facto atrasados pelo que não terminariam a 31 de Dezembro, embora a maioria fossem feitos. Explicou



que tinha havido um atraso no visto do Tribunal de Contas e as condições meteorológicas durante um mês e meio não permitiram a execução de qualquer trabalho. Acrescentou que em março/abril, já se ia poder começar a utilizar aquele espaço. Disse que iam obter a comparticipação da APA para fazer a ligação do parque da cidade a Calvelos, que também estava atrasado, já tinham o projeto feito;-----

- Quanto às referências que tinham sido feitas à iluminação, mencionou que era uma empresa de Fafe, eu ganhou o concurso pela primeira vez. Explicou que não tinha havido nenhuma alteração e que as iluminações não tinham sido colocadas todas na mesma data ou no mesmo fim de semana, que foram sendo colocadas. Na semana que tinham vindo para Fafe, tinha chovido muito. Portanto, toda a iluminação constava do caderno de encargos não tendo havido nenhum acrescento. O valor da adjudicação foi de 59 mil euros;-----

- Quando à intervenção do deputado Ricardo Matos Fernandes sobre a política cultural do Município, afirmou que contrastava muito com aquilo que se tinha ouvido de gente de fora que nos procurava e, portanto, por via dos encontros que tinham realizado, tecendo elogios. Referiu que se procurava desenvolver um programa e uma dinâmica cultural, que não seria do agrado de todos, que haveria sempre possibilidade de melhorar e, portanto, não deixariam de ter em conta;-----

- Sobre o Teatro Cinema, afirmou que de facto tinham ponderado, dado que as obras terminaram há 100 anos, tendo a atividade propriamente cultural foi no dia 10 de janeiro pelo que foi para essa data que se apontou o início das comemorações. Foi uma interpretação. Mencionou que podiam ter feito sinalizar o momento, mas de facto apontaram todas as baterias e todos seriam convidados para esse momento que estavam a preparar com dignidade e, também, a distribuição dos panfletos alusivos à sua história; -----

- Sobre o multibanco, informou que já tinham efetuado duas tentativas juntos dos bancos que pareciam não estar muito interessados na sua colocação;-----

- Acerca do Festival da Vitela, referiu que na sua primeira edição tentaram alterar o paradigma, indo de encontro daquilo que os restaurantes pretendiam, que passava por não ser em tenda. Afirmou que tinha ficado contrariado, uma vez que preferia a tenda, mas havia dificuldade na sua participação uma vez que queriam manter os restaurantes abertos e não tinham pessoal para servir na tenda. Explicou que o festival seria aquilo que também os restaurantes quisessem e que a própria Confraria também, salientando



o grande trabalho que faziam. Referiu que iria pedir que fosse enviado o relatório que existente;-----

- Sobre a estação da Memória, disse que entraria em funcionamento no dia 25 de Abril ou pelo menos inaugurada. Quanto ao espólio do Pintor Pompeu, explicou que estavam a equacionar, uma vez que, com a saída das Águas de Fafe do edifício da antiga estação, iam concentrar lá os serviços de cultura e turismo e, também, arranjar um espaço para acondicionar o espólio;-----

- Quanto às obras da Cumieira, o assunto ainda não estava resolvido e tinha de se resolver. -----

- A falta de sinalização na fonte Pereira iria ser suprida;-----

- Relativamente ao nome a ser dado à biblioteca, ainda não tinham pensado no assunto; -----

-----Entrou-se no **PERÍODO DA ORDEM DO DIA.**-----

-----**Ponto dois ponto um** – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade municipal.-----

-----**A Assembleia tomou conhecimento.**-----

-----**Ponto dois ponto dois - Apreciação e votação da 3ª Alteração Modificativa.**----

-----Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** para informar que era uma revisão feita inteiramente pelo serviços e que estava relacionada com o ajustamento da receita e da despesa, principalmente a diminuição da receita por não se ter utilizado quer no primeiro direito, quer no centro de saúde e, portanto, foi feito esse ajustamento. O restante eram pequenos acertos.-----

-----Solicitou a palavra **José Manuel Martins Ribeiro, eleito pelo Grupo de Cidadãos Eleitores “José Ribeiro por Fafe Sempre”**, para dizer que a lei já limitou as alterações orçamentais, chamadas revisões a duas por ano, mencionando que atualmente já não existia essa limitação, contudo o atual executivo arriscava-se a seguir a as políticas do anterior, ou seja, a Assembleia Municipal aprovava um orçamento e quando no final do ano se fosse ver a sua execução, estava completamente ou em muito desvirtuado daquilo que tinha sido aprovado. Afirmou que era certo que era legal, contudo no seu entendimento não o deveria ser, pelo que entendia que quanto menos alterações houvesse mais fidelidade havia ao voto que se fazia aquando da aprovação.-----



-----Seguidamente foi dada a palavra a **Alexandre Dias Leite, eleito pelo PCP/PEV**, para dizer que, concordando com o que tinha dito o Deputado José Ribeiro, a alteração proposta retirava à rubrica funções sociais um total de 1 milhão e 600 mil euros. Afirmou que a verba prevista para a beneficiação da extensão de saúde de Arões e de Regadas era de 700 mil euros e passava para 5 euros, pelo que a obra ficaria para o ano seguinte, assim como a verba prevista para a reparação e beneficiação de habitações, no valor de 900 mil euros, passava para 5 euros, também ficava para o ano seguinte. Mencionou que a bazuca, o PRR, os 3,200 milhões, a Câmara usou zero euros. No programa, relativamente ao Primeiro direito, tinha-se anunciado que a Câmara ia investir 12 milhões de euros em habitação, em 2023 seriam 2,5 milhões e foram usados zero euros, pelo que passavam para o ano seguinte. Para o ano de 2024 estavam previstos os mesmos 2,5 milhões, por isso, para os 12 milhões previstos ficavam a faltar quase uns 10 milhões, e fazendo as contas alguém ainda acreditava que a Câmara ia aproveitar os 12 milhões disponíveis. Mencionou que faltava planeamento, vontade e verdade nos anúncios dos milhões e por isso votariam contra.-----

-----Por fim, foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** para explicar que poderiam verificar que todas as alterações feitas não eram ao capital, portanto, eram pequenos ajustamentos nas rubricas correntes e a prestação de contas ditaria isso mesmo. Afirmou que as modificações, quando havia lugar a diminuição ou aumento de receita, tinham que ser votadas pela Assembleia Municipal. Na situação em análise, só havia duas rubricas: a das extensões de saúde do protocolo assinado com a ARS, tendo já sido efetuado o projeto, faltando apenas a execução da obra; quanto ao Primeiro Direito, naturalmente, que também não havia consumo financeiro, os 12 milhões de euros seriam gastos em tempo.-----

-----Não havendo mais intervenções, foi colocada à votação, tendo sido **aprovada, com 2 votos contra (PCP/PEV e Chega) e 12 abstenções (JRPFS e PSD/PPD)**.-----

-----**Ponto dois ponto três** - Apreciação e votação da Proposta de Fixação da Participação variável do IRS 2024, receita a arrecadar em 2025;-----

-----Usou da palavra o **Presidente da Câmara** para fazer uma apreciação global à fiscalidade da Câmara relativamente aos três impostos apresentados, concretamente, o IRS, IMI e derrama. Afirmou que não havia alterações relativamente ao ano anterior. Com essa posição, a Câmara deixava de arrecadar cerca de 3 milhões de euros na totali-



dade desses impostos. Mencionou que não estavam aqui contabilizados os valores que a Assembleia Municipal tinha aprovado sobre a redução de taxas no urbanismo em todas as freguesias, na ordem dos 50%, a redução feita nas feiras e nos mercados, a tarifa social que aplicavam na água, saneamento e resíduos.-----

-----Pelo **Presidente da Mesa** foi proposto que, seguindo a metodologia do Presidente da Câmara, fosse efetuada a discussão em conjunto das três propostas fiscais e depois a sua votação.-----

-----Neste seguimento, foi dada a palavra a **Nuno Vasco Moreira Lopes, eleito pelo PSD/PPD**, para dizer que gostava de fazer um breve comentário aos pontos em análise. Afirmou que o Município promovia intensamente a ideia de ser um município mais amigável, o mais amigável no distrito de Braga, destacando que devolveu 12 milhões de euros às famílias, contudo, essa informação não refletia com precisão a realidade, uma vez que devido à diminuição do poder de compra das famílias, 60% dos municípios do país tinham optado por abdicar parcialmente ou totalmente do IRS. Nesse leque de municípios, o Município de Braga tinha sido o município que assumiu o maior valor em termos percentuais de IRS. Além disso, a Câmara tinha divulgado que no ano corrente tinha devolvido mais dinheiro de IRS, salientando, contudo, que essa devolução era resultado do aumento dos impostos do Governo socialista. Afirmou que se estava num pico histórico em termos fiscais no país e, portanto, nunca os cidadãos tinham tido uma carga tributária tão pesada e pago tantos impostos, salientando que o aumento do valor devolvido e restituído aos Fafenses se devia a esse aumento do IRS e não da redução da taxa municipal que permanecia inalterada há muitos anos. Relativamente ao IMI, afirmou que 80% dos municípios aplicavam a taxa mínima desse imposto, pelo que nesse aspeto, Fafe não se destacava. Terminou dizendo que havia margem para se ter medidas mais proativas, mesmo em relação ao IMI, como a redução, por exemplo, da taxa ou redução ou isenção total para famílias numerosas, isso sim seria demonstrar apoio às famílias e também um incentivo à taxa de natalidade.-----

----- De seguida, foi dada a palavra a **Alexandre Dias Leite, eleito pelo PCP/PEV**, que reportando-se às palavras do Presidente da Câmara quando referia que o município dava seguimento a uma política fiscal amigável, questionava para quem era amigável, porque certamente não era para a maioria dos Fafenses. Afirmou que se viviam tempos em que constantemente se fala das elevadas taxas de impostos, mas quando o PCP



propunha mais escalões ou uma descida dos impostos, na Assembleia da República, local onde se decidiam o valor dos impostos a aplicar, o PS e a restante direita votavam contra, pelo que faltava aqui alguma coerência. Essa postura significava que estavam pouco interessados em reduzir a carga fiscal que incidia sobre os trabalhadores e que quanto ao demais era demagogia dado que o desagravamento da carga fiscal não devia ser feito em função da vontade política de cada município, de forma desigual, ao sabor de cada um e das suas necessidades. Devia ser universal e para todos de forma justa, para que assim houvesse uma efetiva justiça fiscal. Referiu que também, não lhes parecia correto que qualquer desagravamento fiscal fosse feito à custa do orçamento municipal, que no caso, até tinha um peso grande, cerca de 3 milhões de euros que o município abdicava e podia vir a fazer falta para outras coisas. Prosseguiu, dizendo que essa proposta beneficiava, claramente, os que tinham rendimentos mais elevados sendo uma medida socialmente injusta e muitas vezes de valor pouco significativo para cada um individualmente, mas quando acumulado dava um valor muito significativo, os tais 3 milhões de euros que, por exemplo, poderiam contribuir para aumentar a capacidade de investimento, designadamente na área social, podendo assim ser dada uma melhor resposta à população, sobretudo no combate às desigualdades que assolavam o concelho. Relativamente ao IMI que incidia, entre outros, sobre a casa de morada de família, parecia-lhe mais uma vez que padecia de injustiças. Afirmou que o que se impunha não era o município reduzir a taxa de IMI, mas sim, através da Assembleia da República, alargar a isenção do pagamento de IMI a mais famílias, tendo em conta o rendimento de cada agregado familiar e ou o valor do imóvel. O IMI familiar cria também outras injustiças, pois qualquer agregado familiar que vive numa casa arrendada, independentemente do número de filhos, não tinha benefícios, porém, o seu senhorio, que até podia ser proprietário de duas ou três ou mais habitações, iria ter esse benefício, o que não lhes parecia justo. Afirmou que havia claro benefício e outra vez para quem mais tinha, aqueles que mais patrimónios tinham eram os beneficiados com esta política amigável para esses, pelo que iam votar contra. Prosseguiu dizendo que devia haver políticas que aliviassem os impostos sobre os rendimentos do trabalho e sobre as micro, pequenas e médias empresas e que aumentassem a tributação sobre os mais elevados rendimentos, património e sobre os lucros milionários. Reduzir a taxa da derrama, como era proposto, só ia acentuar as injustiças fiscais, pois era um imposto que incidia sobre o lucro líquido das empresas de maior dimensão e com maior volume de negócios, pelo que



eram elas que mais beneficiavam. Referiu que não conseguiam ver nessa medida, que claramente tinha um carácter ideológico de mais dar a quem mais tinha e nenhuma vantagem para o nosso concelho. -----

-----Por fim usou da palavra **Ricardo Jorge Alves Fernandes, eleito pelo PS**, para dizer que o IRS que se pagava todos os meses, não era descontado, era um pagamento por conta e que se o município não desse esse benefício fiscal, no fim do ano, em vez de receber “x” recebíamos “y”, pelo que era uma redução dos impostos que se estava a fazer.-----

-----Por fim, foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** para prestar alguns esclarecimentos. Afirmou que comparando os 14 municípios, da globalidade dos três impostos se podia verificar que Fafe aparecia na dianteira. Referiu que em termos de IMI, nem todos aplicavam a taxa mínima; na devolução às famílias, quanto ao IRS, apenas Vieira do Minho devolvia 5%, Cabeceiras de Basto devolvia 3%, seguidamente estava Fafe que devolvia 2%, os restantes devolviam 1% ou nenhum. Ainda sobre o IMI, era verdade que apoiavam as famílias numerosas conforme a lei previa.-----

-----Não havendo mais intervenções, as propostas foram colocadas a votação.-----

-----**Ponto dois ponto três** - Apreciação e votação da Proposta de Fixação da Participação variável do IRS 2024, receita a arrecadar em 2025; **Aprovada, maioria, com 1 voto contra (PCP/PEV)**. -----

-----**Ponto dois ponto quatro** - Apreciação e votação da Proposta de Fixação das Taxas do Imposto Sobre Imóveis a vigora para 2023 e a cobrar em 2024. **Aprovada, por maioria, com 2 votos contra (PCP/PEV e Chega)**.-----

-----**Ponto dois ponto cinco** - Apreciação e Votação de Proposta de Fixação da Taxa de Derrama para o exercício de 2023, receita a cobrar em 2024; **Aprovado, por maioria, com 1 voto contra (PCP/PEV)**.-----

-----**Ponto dois ponto seis** - Apreciação e Votação da Proposta das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2024;-----

-----Pelo **Presidente da Mesa** foi sugerido que a discussão foi feita em simultâneo na globalidade e na generalidade e depois a votação ponto a ponto.-----



-----Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** para fazer a apresentação do documento, ficando disponível para esclarecimentos, bem como o Chefe de Divisão de Gestão Financeira presente na sessão, que em alguma questão mais de pormenor poderia, se assim fosse o entendimento ser chamado para prestar algum esclarecimento. -----

Iniciou a apresentação afirmando que numa análise global, o orçamento atingia um valor de 55,3 milhões de euros, que correspondia a um crescimento de 11% relativamente ao ano transato. Referiu que o saldo de gerência resultava do aumento de receita que iam ainda obter com o fecho do quadro comunitário, com verbas que não estavam previstas, uma vez que se conseguiu obter comparticipação para algumas obras. Afirmou que o saldo seria incorporado na reunião de Fevereiro e poderia aumentar o valor global do mesmo. -----

Explicou que o orçamento se repartia em receita e despesa. Quanto à receita, destacava-se a receita corrente com peso 73% e a de capital de 27%. Relativamente à despesa, a despesa corrente tinha um peso de 67% e a componente de capital 31%, o que significava que havia uma transferência de cerca de 4 milhões de euros de corrente para capital. Prosseguiu, dizendo que propunham manter basicamente no plano de atividades, de forma genérica, tudo aquilo que vinha sendo realizado pelo Executivo;-----

Mencionou que tinha sido reforçada a programação cultural que teriam peso a celebração do centenário do Teatro Cinema e a comemoração dos 50 anos do 25 de Abril, que iam dinamizar um pouco mais a atividade cultural. Dariam também realce às destas de 16 de Maio e de Nossa Senhora de Antime; Seria mantido o Rali e a Volta a Portugal; Iria realizar-se um grande evento denominado de “Os Portugueses de Valor pelo Mundo”, numa iniciativa da Luso Press que teria a colaboração do Município e, portanto, ia de encontro à dinâmica, tentando, neste evento, imprimir a diáspora e o museu da Imigração; procurariam editar um livro sobre as conferências realizadas com as comunicações dos seus Presidentes da República ou de quem os tinha substituído.-----

Relativamente à área desportiva e a área educativa, manteriam sensivelmente as mesmas atividades. -----

Afirmou que na área social, iam estar atentos às dificuldades das famílias e, de uma forma geral, seriam mantidos todos os programas, seria reforçado o programa de apoio à renda e também o programa de emergência social. Portanto, indo de encontro àquilo



que era também o conhecimento que iam tendo por via da transferência de competências que assumiriam no serviço de atendimento e acompanhamento social e também no rendimento social de inserção, com a coordenação e o acompanhamento próximo com os técnicos que estavam afetos à Cruz Vermelha e à Cercifaf; -----

Afirmou que na área do ambiente iriam iniciar a recolha seletiva dos resíduos biodegradáveis, um programa que estava a ser acompanhado pela Senhora Vereadora que tutela o ambiente; -----

Informou que pretendiam criar uma Zona de Intervenção Florestal nos terrenos ou na proximidade de Várzea Cova, tentando dar um novo ordenamento floresta, também com o avanço que ia sendo feito com o Bupj; -----

Mencionou que estavam a ser desenvolvidos contactos com a E-redes no sentido de se poder aumentar o investimento em luminárias LED, com o objetivo de diminuir os encargos com a iluminação; -----

Afirmou que, relativamente às obras, estavam muito centrados no desenvolvimento económico, estando já na posse administrativa dos terrenos da Zona Industrial de Regadas. Informou que a revisão do PDM estava quase concluída e como poderiam verificar, quando fosse discutida na Assembleia, existia um acréscimo enorme de área com características para acolher empresas. Passavam para 450 hectares, pelo que havia uma forte aposta em posicionar o Município, por forma a ter terrenos disponíveis para quem procurasse investir no Concelho. Afirmou que tinha sido lançado um concurso, de perto de 600 mil de euros, para fazer a primeira movimentação de terrenos, por forma a ter uma visibilidade maior da área que os 55 hectares da Zona Industrial de Regadas ocupavam e estando a começar a levar para o local as infraestruturas; -----

Afirmou que, como era do conhecimento de todos, no ano seguinte iam iniciar a construção da loja do cidadão. -----

Informou, ainda, que no seguimento de uma reunião tida no mesmo dia da presente sessão, na Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, tinham discutido o planeamento da requalificação e ampliação da Escola do Santo, bem como o heliporto e os centros de meios aéreos, pelo pensava que no final do ano, as obras poderiam iniciar; -----



Referiu, também que foi celebrado um protocolo com ARS Norte para a ampliação do Centro de Saúde de Fafe, para a qual seria apresentada uma candidatura, tendo destinado para essa intervenção 5 milhões de euros. Explicou que o edifício existente seria ampliado, com acréscimo de um novo dotando-o com todas as condições para melhorar o funcionamento para quem lá trabalhava bem como para os utentes. Sobre o problema do estacionamento existente, mencionou que fariam com que o edifício novo pudesse ter um estacionamento subterrâneo para utentes e funcionários; -----

Informou que iam realizar as obras no pavilhão da Escola Secundária, embora ainda não estivesse assegurado o financiamento por parte do Ministério da Educação; -----

Dariam continuidade à requalificação do Parque Municipal de Desportos, numa intervenção agora complementar àquela que já tinha sido realizada no corrente ano;-----

Afirmou que avançariam com a habitação a custos controlados, com a aquisição do edifício da Alvorada; -----

Mencionou que estavam a ser elaborados projetos para requalificar as quatro EB 2,3, num acordo celebrado entre o Governo e a Associação Nacional de Municípios e que aparentemente financiaria essas intervenções na ordem dos 100%; -----

Afirmou que pretendia iniciar a obra do parque Feira Velha ou Praça Mártires do Fascismo e dos parques de estacionamento, que se prolongaria a sua execução até 2025; -----

Iam concluir a obra da Estação da Memória; -----

Informou que iam manter os contratos Interadministrativos com as Juntas de Freguesia, na ordem dos 2 milhões euros, embora neste orçamento só esteja um milhão, mas com o compromisso de, na revisão de fevereiro, acrescentar um milhão em falta. Acrescentou que também estava contemplado 1,4 milhões euros para a delegação de competências no âmbito da ação social escolar; -----

Explicou que seria mantida a verba de 1 milhão de euros e ainda procuraria reforçar a rubrica para a repavimentação da rede viária, como tinha era feito todos os anos. Afirmou que havia um conjunto de projetos que estavam elencados para as freguesias que totalizavam 2,5 milhões de euros, informando que havia uma rubrica que seria reforçada em fevereiro, fruto das visitas às freguesias. -----



Terminou dizendo que, de forma muito genérica, eram estes os seus propósitos e estariam atentos àquilo que seriam os avisos de concurso que viessem para o 20/30 e as oportunidades que surgissem ou que aparecessem para poder candidatar obras que estavam programadas e elencadas e que não tinham verba associada. -----

-----Tendo em consideração que o Presidente da Assembleia Municipal teve necessidade de se ausentar temporariamente da sala, assumiu a presidência da Mesa a Primeira Secretária Maria José Gonçalves. -----

-----Foi dada a palavra a **Bruno Manuel da Silva Oliveira, eleito pelo Grupo de Cidadãos Eleitores “José Ribeiro por Fafe Sempre**, que começou por, a exemplo do que aconteceu quando a Senhora Vereadora presidiu a reunião do Executivo e lamentando o motivo que levou, no momento, a isso, pela primeira vez tiveram uma mulher a presidir à Mesa da Assembleia Municipal de Fafe. -----

Prosseguiu dizendo que, não estava de momento, o Presidente da Assembleia, mas quase que se atreveria a dizer que poderia ter sido ele a apresentar o presente ponto porque a ideia que dava era que o orçamento era quase a continuidade do mandato anterior, ou seja, era mais do mesmo. Afirmou que não ia debater números porque era muito complicado, chamando-lhe assim debater números, porque senão acontecia aquilo que fizemos. -----

Salientou que tinham acabado de votar uma revisão das contas para se poder chegar ao fim do ano e dizer que o orçamento tinha sido executado com “x” por cento e esse valor até se calhar conseguia ser mais agradável. Isso acabava muitas vezes por desvirtuar o orçamento que estavam a aprovar e se calhar no ano que se seguia, se comparessem com o que se tinha feito ao longo do ano fugia em muita coisa, contudo, ia falar essencialmente em dois pontos: Um deles era a questão do estatuto da oposição, era verdade que tinha sido cumprido. Mencionou que o Senhor Presidente tinha remetido o orçamento às diferentes forças políticas. Entendia que o Senhor Presidente estaria até receptivo a sentar-se à mesa e a ouvir de “viva-voz” e não acontecer, como se calhar já tinha acontecido noutras situações, não com o atual Presidente, mas com gente do seu partido, porque quando se sentava à mesa para discutir, se calhar, a postura não era a melhor de quem era defensor de uma democracia e acabava por ser um bocadinho narcisista. Pelo que seria muito melhor e muito mais democrático, discutir com os diferentes partidos que faziam parte da Assembleia Municipal o próximo orçamento



numa reunião, trocar impressões e definir linhas gerais que poderiam ir mais de encontro a um futuro melhor para Fafe e seria muito mais produtivo do que uma simples resposta a um e-mail, como acontecia no cumprimento do estatuto do direito de oposição. A segunda sugestão, que poderia ser bem mais fácil, era a reedição do orçamento participativo. Afirmou que era algo realmente democrático, era algo que promovia a participação cívica das pessoas, era algo muito fácil e certamente com uma participação bastante agradável por parte dos munícipes. Referiu que teriam que ser estabelecidas regras para evitar que, por exemplo, o orçamento participativo fosse “açambarcado” por parte das coletividades e promover que o mesmo fosse proposto por pessoas ou grupos de pessoas autónomos e não que pudesse ser direcionado para a coletividade, porque para isso já existia um regulamento. Mencionou que era seu entendimento que poderia ser uma excelente ideia para o Executivo poder pensar e se pretendesse incorporá-lo até no orçamento em discussão, talvez ainda fosse a tempo, senão no seguinte.-----

-----De seguida foi dada a palavra a **Nuno Vasco Moreira Lopes, eleito pelo PSD/PPD**, para justificar o motivo pelo qual o PSD ia vota contra o orçamento apresentado. Afirmou que consideravam que o plano e orçamento não tinha ambição, visão, nem estratégia e não tinha uma resposta para os problemas do concelho. Mencionou que não tinha ambição porque nunca, como na atualidade, havia tanto dinheiro de fundos europeus, havia o PRR um instrumento financeiro único, havia um novo quadro comunitário e muitos fundos europeus para investir no Concelho de Fafe. Referiu que nos dois últimos anos, o orçamento apenas tinha crescido 20%. Se comparassem com o concelho vizinho, Guimarães, tinha crescido 64%, mencionando que por aqui já se percebia que se estava a desperdiçar uma oportunidade única de fazer grandes investimentos no concelho através de desses fundos. -----

Afirmou que não havia uma visão para o desenvolvimento de Fafe que proporcionasse uma direção estratégica para o desenvolvimento que se ambicionava para o concelho; uma visão com metas e objetivos a médio e longo prazo do que se pretendia alcançar estando a ser feita uma governação à deriva, a gestão corrente, sem nos prepararmos para o futuro que desejaríamos. Lembrando a cerimónia de posse do Presidente da Câmara, onde se tinha comprometido a elaborar um plano estratégico para o desenvolvimento do concelho, afirmou que até ao momento essa promessa não se tinha concreti-



zado e que, na sala onde se encontravam reunidos, se tinha feito uma tentativa de apresentar um esboço do que seria a agenda estratégica para o desenvolvimento do Concelho, tendo ficado evidente que essa estratégia era uma abordagem muito incipiente e completamente despreparada. Afirmou que a qualidade dos slides apresentados nessa sessão eram notoriamente deficientes em conteúdo, organização, design e suscitou constrangimentos generalizados a quem estava na sala e sem dúvida todos tinham ficado desapontados e desiludidos, pelo que recomendava que analisasse o plano e orçamento da CIM do Ave como fonte de inspiração nela, mencionando que nele era possível observar como as ações desse plano eram meticulosamente alinhadas com a estratégia integrada de desenvolvimento, estando estruturada em agendas estratégicas com os principais desafios para a CIM. Referiu que, encontradas as opções de investimento delineadas para Fafe no atual plano, não tinham fundamentação política sólida absolutamente nenhuma. O plano e orçamento apresentado também não tinha uma resposta para os problemas do concelho, problemas que tinham sido identificados na tomada de posse tais como o saneamento e a perda de população, os quais se tinha comprometido a resolver e dar-lhe prioridade absolutamente máxima. -----

Disse que não viam ainda nenhum dos orçamentos dar prioridade máxima ao investimento no saneamento, que o que estava a ser feito era insignificante para as necessidades do Concelho e a continuar assim, iria demorar décadas até ser resolvido, pelo que questionou sobre taxa de saneamento atual no concelho e sendo uma prioridade máxima se não deveria ter dado prioridade a esse investimento. Afirmou que em vez disso, optou-se por fazer outro tipo de investimentos, talvez mais eleitoralistas. -----

Referiu que o Presidente da Câmara também tinha manifestado a convicção profunda que o desafio da diminuição da população poderia ser resolvido mediante a atração de empresas capazes de proporcionar empregos de qualidade, pelo que questionou sobre quantas empresas efetivamente tinham sido atraídas para Fafe com empregos de qualidade, não se observou nenhum aumento no número de empregos qualificados em Fafe, e a perda populacional persistia. A média da idade em Fafe era de mais de 47 anos, para cada jovem havia dois idosos; segundo o INE, em 2050, seremos cerca de 40 mil habitantes, em 2100, aproximadamente 20 mil habitantes, perguntando para que habitantes estavam a fazer praças muito bonitas. Mencionou que, para o PSD, a única forma de reverter esse declínio era implementar políticas e medidas atrativas para as



famílias. Contudo, no orçamento apresentado não se percebia por que opção tinham reduzido o apoio às famílias. Podiam ter escolhido diminuir o IRS, podia eventualmente ficar só com 1% e devolver ainda mais aos munícipes. Em relação ao IMI para as famílias numerosas, havia uma diminuição pouco significativa, podia-se inclusive isentá-los, podia também dar-se apoio à primeira habitação. Mencionou que se estava a trabalhar nisso, mas era muito pouco e eram precisas respostas imediatas. Sugeriu ainda que se podia dar um cheque à natalidade. Afirmou que eram medidas cruciais para o bem-estar das famílias e eram este tipo de opções que não se percebia porque não eram tomadas. -----

Em resumo, o plano e orçamento eram incapazes de fazer frente aos desafios prementes que o concelho de Fafe enfrentava tais como o saneamento, a perda de população, a valorização económica, a inovação e a competitividade, os desafios do século, transição energética, transição digital, mobilidade e sustentabilidade ambiental. Afirmou que via um plano sem visão, destituído de estratégia a médio e longo prazo, faltava-lhe ambição, muita ambição e, pior ainda, carecia de soluções de investimentos para as questões realmente cruciais e prioritárias para a comunidade. Era essencial dinamizar o comércio, a indústria local, atrair investimentos e empresas tecnológicas que proporcionassem empregos de qualidade. Simultaneamente, devia-se também assegurar serviços básicos de qualidade como o saneamento, comunicações, licenciamentos eficientes. Prosseguiu dizendo que também o preocupava observar que havia um aumento significativo da despesa corrente em 11,6% e um aumento de 30% na despesa de capital e um aumento de mais de 500% em juros, ia pagar-se cerca de meio milhão de juros durante o ano de 2024. Pelo que não restavam dúvidas que apenas se cumpria a margem mínima de sustentabilidade no orçamento porque havia financiamento europeu e quando esse financiamento diminuísse ou cessasse, corria-se o risco de perder a sustentabilidade, pois gastava-se mais do que se geria de receita. Referiu que outro aspeto negativo do orçamento, era o desinvestimento total nos sectores da agricultura, comércio e turismo, ambos tinham um aumento diminuto, o primeiro a agricultura de 0,6% e o segundo, o comércio e indústria, de 3,4% quando deveria ser exatamente ao contrário dado ser um território com características rurais e com um potencial turístico imenso, pelo que insistia para que se fizesse um reforço financeiro substancial dos acordos de execução e contratos inter-administrativos com as Juntas de Freguesia, pois o valor mantinha-se exatamente igual e poderia perfeitamente aplicar esse valor por meio de



projetos co-financiados conjuntos, como, por exemplo, projetos da primeira habitação e projetos de requalificação e modernização de espaços e assim ir buscar mais fundos europeus. -----

Terminou questionando o Presidente da Câmara se, caso no término do corrente mandato não conseguisse resolver o problema de saneamento e declínio populacional, iria reconhecer que o mesmo tinha sido um falhanço total, não tendo conseguido alcançar os objetivos a que se tinha proposto.-----

----- Tendo o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia regressado, deu a palavra a **José Manuel Martins Ribeiro, eleito pelo Grupo de Cidadãos Eleitores “José Ribeiro por Fafe Sempre”** para dizer que, como já tinha sido dito, o plano e orçamento apresentado poderia dizer-se que era a continuidade de um tempo anterior, gerir para amanhã, sem estratégia e sem apontar metas. Afirmou que a despesa corrente se agravava e já o ano anterior se tinha referido e com números do próprio orçamento, que se estava a 7% de aceder o limite da despesa corrente permitido, portanto, a sustentabilidade das finanças estava em causa. Mencionou que o tempo era de aumento da despesa corrente e de menos investimento, era a natureza das coisas, portanto, os equipamentos e as infraestruturas mais pesadas estavam feitas e dessa forma as reparações, a manutenção e conservação de equipamentos assumiam maior força. Disse que as transferências de competências vindas do Estado, naturalmente, pesavam e o que deveria ser era que as transferências de competências do Estado eram tendencialmente neutras quanto à sua despesa, ou seja, aquilo que o Estado transferia devia ser pelo menos igual àquilo que se gastava, diria mesmo que devia ser superior àquilo que se gastava porque senão não tinha sentido a descentralização. Prosseguiu dizendo que a receita corrente, fruto da descentralização, devia ser um acréscimo à receita do município o que não parecia ser o caso. Já se tinha falado no peso das despesas com pessoal e que havia a perspetiva de um incremento muito grande em termos dos gastos com pessoal e do acréscimo de pessoal. Colocou algumas questões relativamente a umas rubricas, aproveitando para dizer que lhe parecia haver um retrocesso na formulação do plano de orçamento, havia muito pouca desagregação ou quase nenhuma em rubricas com grande peso orçamental. Mencionou que era suposto que rubricas com esse peso, fosse mais discriminadas, identificasse quais os edifícios ou se era um. Afirmou que, claramente, era pedir um cheque em branco à Assembleia Municipal, portanto, não tendo



sido sempre assim, tinha dúvidas. Acreditava que os serviços cumpriam a lei, mas custava-lhe que assim fosse porque, de facto, e mesmo que não fosse obrigatório, entendia que era fundamental para a Assembleia ou seus vereadores também tivessem o direito a conhecer a informação e sua a transparência. Teceu algumas críticas sobre as obras nas freguesias. Salientou o facto de não estar previsto nada para o parque da cidade, a verba para os pavilhões era insuficiente, pelo que ficava preocupado que, à semelhança do que tinha acontecido com o Nó de Arões, a Câmara ia executar uma obra que competia ao Estado conforme tinha sido prometido. -----

Prosseguiu dizendo que havia um programa para construção de pavilhões nas freguesias e outro para execução de campos de sintético de relva, pelo que perguntou se tinham acabado. Salientou a existência de pouco investimento, que não havia dinheiro, a despesa corrente consumia a grande fatia. -----

Reportou-se à introdução do documento onde era feito um enunciado de projetos, a maior parte deles com os quais concordava, mesmo a alteração sinalizada na Feira Velha, eventualmente até seria razoável, embora a solução anteriormente prevista seria melhor para a cidade porque permitia uma maior proximidade do estacionamento da praça e do centro da cidade, contudo aceitava e admitia que pudesse fazer-se a alteração proposta, não por causa das árvores. Quanto ao quarteirão da cultura, o heliporto e o centro de saúde parecia-lhe bem, dizendo, ainda, que a nova piscina há um ano que tinha desaparecido porque não havia dinheiro, só faltava saber onde. Quando ao Parque Municipal de Desportos, certamente que o que fosse feito seria interessante, afirmando que pessoalmente tinha preferência por uma outra solução. Sobre a habitação, já tinha sido dito que o que estava previsto este ano, que não tinha sido feito passava para o ano, a única coisa que sabiam era a aquisição da Alvorada, nesses termos mencionou que seria bom que a Assembleia Municipal, para não dizer o concelho, soubessem que estratégia tinha o município para resolver esse problema. Sobre a ferrovia, o Presidente da Câmara tinha direito de dizer o que entendia, mas certamente ia deixar de ser Presidente e continuariam todos a sonhar com a ferrovia em Fafe, porque seguramente era isso que ia acontecer. Quando à cultura, afirmou que a Senhora Vereadora tinha trazido, de facto, uma lufada de ar fresco, não no desporto, porque não existem meios também, analisando o orçamento, o desporto e a cultura eram os parentes pobres do mesmo, e insistia dizendo que tinha sido feito um trabalho meritório e, portan-



to, era por esse conjunto de circunstâncias, pela clara ausência de uma estratégia e de objetivos que apontassem um caminho, não chegava ter um enunciado de intenções e de projetos, sendo que alguns deles, muitos, nem sequer teriam qualquer concretização no corrente mandato. -----

Terminou, dizendo que por esse conjunto de circunstâncias, e não eram poucas, o Fafe Sempre iria abster-se na votação do orçamento.-----

-----Posteriormente foi dada a palavra a **Alexandre Dias Leite, eleito pelo PCP/PCP**, que iniciou a sua intervenção dizendo que se encontravam num quadro de agravamento das condições de vida da população, de agravamento das desigualdades sociais, da deterioração dos serviços públicos e o executivo municipal deveria optar por políticas que fomentassem, por exemplo, a melhoria dos vínculos e condições laborais, nomeadamente com a diminuição da contratação de empresas particulares para prestarem serviços que deveriam ser assumidos diretamente pela Câmara Municipal, entendendo que era uma coisa simples de fazer. Afirmou que o orçamento refletia uma opção política contrária ao que devia ser feito, de entrega da gestão das cantinas, da recolha de resíduos, da manutenção dos espaços verdes, da limpeza dos edifícios municipais a empresas que praticavam salários baixos, vínculos laborais precários, sem um evidente benefício para a população fafense. Mencionou que se impunha que as políticas locais desempenhassem um papel importante na defesa dos trabalhadores e da população, bem como na diminuição das assimetrias territoriais no concelho. -----

Afirmou que não se vislumbravam medidas que combatessem o abandono e a degradação do setor primário da agricultura que contribuía para a diminuição do défice alimentar que se verificava no Concelho de Fafe, designadamente através do apoio à agricultura familiar, minimizando as dificuldades com que se debatiam os agricultores, facilitando, assim, a possibilidade de rentabilidade dessa atividade, que muitas vezes funcionava como um complemento à reforma ou como um salário, tornando o nosso concelho mais coeso, defendendo com essa medida o meio ambiente, a floresta e as zonas mais rurais. -----

Referiu que era um orçamento que não criava incentivos ao consumo no comércio local nem incluía a promoção dos produtos locais, por exemplo, através da construção de um verdadeiro Mercado Municipal. -----



Mencionou que era um orçamento que, apesar de citar a completa transição digital dos serviços municipais, tinham as freguesias esquecidas nesse domínio sendo urgente e necessário um maior investimento em material informático, por exemplo, computadores e digitalizadores nas freguesias, para que também elas pudessem acompanhar o processo de transição digital. Aproveitou para salientar o desinvestimento nas freguesias. Mencionou que as freguesias do concelho, fora a freguesia de Fafe, eram reiteradamente relegadas para segundo plano, que na maioria das escolas que ainda funcionavam nas freguesias os alunos não tinham um lugar apropriado para a prática de aulas de educação física. -----

Afirmou que o abandono do património histórico ou pré-histórico como Castro de Santo Ovídeo era bem exemplificativo do interesse que a Câmara tinha pelo mesmo, impondo-se que o património histórico ou pré-histórico pudesse ser visitado condignamente, designadamente pela população estudantil ou como polo de atração turística e cultural. -----

Referiu que o que restava da proposta de orçamento apresentada era propaganda política, daquela que se podia fazer, muitos dos investimentos eram contemplados, na sua opinião, careciam de prioridade contemplando projetos de duvidoso interesse para o município e para os fafenses, situação agravada pela grande proporção do valor que lhes era locado, nomeadamente os 2 milhões euros previstos gastar numa praça da freguesia este ano, que depois ainda continuava com mais milhões nos anos seguintes na freguesia do costume. Prosseguiu dizendo que os quase 2 milhões previstos para loja do cidadão, num negócio mal explicado e de discutível interesse público. Salientou que não podiam esquecer que viviam num concelho onde existiam diversas freguesias que não tinham um metro de saneamento, outras, ainda, que não tinham cobertura de distribuição de água pública por toda a freguesia, outras com infraestruturas sociais muito precárias, ou as unidades locais de proteção civil criadas no papel, contudo na prática, nada lhes tinha sido atribuído a não ser encargos. Mencionou que nem uma carrinha ou qualquer outro tipo de material para esse efeito, o que importava era propagandear.

Disse, também, que as freguesias tinham o seu património histórico e cultural degradado, não dispendo de meios para a sua recuperação e o orçamento também não o contemplava. Salientou que as freguesias não eram tão importantes no orçamento, que no



texto de quase 60 páginas de introdução da apresentação, apenas eram dedicadas às freguesias onze linhas. -----

Referiu que não viam, mais uma vez, qualquer medida que contribuísse para a fixação dos jovens no concelho. Continuava-se a dar prioridade ao uso do automóvel particular e a assistir-se a cada vez maior degradação dos serviços de transporte público, quer nos horários, quer nas rotas e carreiras e que demagógicamente se falava em descarbonização. -----

Disse que a resolução de um problema que até à data ninguém tinha sido capaz de fazer, que era o Royal Center, seria um milagre que ia custar a todos 2 milhões de euros que, na opinião do Partido que representava, resolvia o problema a um privado num negócio mal explicado. -----

Quanto à piscina municipal, talvez, tivesse que esperar mais trinta anos porque tinha sido necessário resolver um problema desse tal privado com outros trinta anos e o dinheiro não chegava para tudo e por isso tinham aqui prioridades trocadas. O anúncio, mais uma vez relativo à construção da nova piscina municipal, ia continuar a servir para alimentar a política propagandística. Ora se anunciavam os pavilhões a ser construídos nas freguesias, ora se anunciava a nova piscina, mas sem ilusões, continuariam sentados à espera. Se as prioridades do executivo eram o que eram e a história ia mostrando que depois não era realmente intenção, era só para o título do jornal. A resolução do problema do Mercado Municipal, obra que também alimentava a propaganda do executivo, também, quem sabia se um dia seria resolvida. Apelou para que se reparasse que nas prioridades do orçamento para a construção de uma praça iam pelo menos 2 milhões de euros, para investir em saneamento apenas 700 mil euros, salientando que a resolução dos problemas efectivos com impacto na vida dos fafenses não era uma prioridade.-----

-----Por fim, foi dada a palavra a **Ricardo Jorge Alves Fernandes, eleito pelo PS**, para dizer que a proposta das grandes opções do plano e orçamento era a principal ferramenta para a materialização das opções políticas dos executivos camarários. Nesse sentido, o orçamento apresentado pelo Executivo do Partido Socialista era um orçamento responsável e ao mesmo tempo ambicioso que não só garantia a sustentabilidade financeira do município, como também possibilitava a coesão social. Promovia políticas ambientais e potenciava o investimento no concelho e conseqüente criação de empre-



go. O plano e orçamento apresentado era a continuidade do trabalho desenvolvido ao longo dos anos e refletia os compromissos assumidos perante os fafenses. Totalizava cerca de 55 milhões de euros e assentava em áreas fundamentais para o Partido Socialista, como eram a área social, ambiente, educação. Tinha a marca das políticas sociais do Partido Socialista, designadamente, no melhoramento das condições de habitabilidade das casas das famílias carenciadas e desfavorecidas, no apoio com bolsas de estudo, transporte e reflexões para estudantes mais carenciados, na habitação com a aquisição da antiga fábrica da Alvorada no programa de apoio à habitação, entre outros. Era um orçamento com grande consciência ambiental, a conclusão da reabilitação das linhas de água do concelho, nomeadamente dos rios Ferro, Bugio e Vizela, o contínuo investimento na rede de saneamento de modo a aumentar a baixa taxa de cobertura, o melhoramento da eficiência energética dos edifícios camarários e da iluminação pública. Também, a criação de espaços verdes e ilhas de sombra em espaço soberano urbano, entre outras. A nível de fiscalidade, o município de Fafe iria manter-se como um dos mais competitivos da região, mantendo o desagravamento dos impostos dos fafenses e das empresas nomeadamente no IMI com a aplicação das taxas mínimas permitidas, bem como uma dedução fixa de acordo com a dimensão do agregado familiar, no IRS com o desagravamento de 2 pontos percentuais para todas as pessoas com domicílio fiscal no nosso Concelho, na derrama municipal com isenção das empresas sempre que o seu volume de negócios seja inferior a 150 mil euros, o que beneficiava sobretudo as micro e pequenas empresas. Com essa política fiscal, o município abdicava de arrecadar cerca de 3 milhões de euros anuais. O orçamento permitia, também, que o executivo camarário continuasse a apostar na cultura, no desporto e na promoção turística do concelho, como meio de afirmação de Fafe e também como meio de afirmação da marca Justiça de Fafe. Seriam iniciados um conjunto de projetos e obras que alavancariam o concelho de Fafe para o futuro e melhorariam as condições de vida dos concidadãos. Salientou a criação da zona industrial de Regadas e a ampliação das outras 2 zonas industriais já existentes, a zona industrial Socorro e a zona industrial a Arões/Golães, a requalificação da Praça dos Mártires do Fascismo que ia dar mais dignidade a uma zona nobre da cidade; a criação e implementação da loja de cidadão que ia permitir aos munícipes e não só, ter um conjunto de serviços públicos no mesmo local e, ao mesmo tempo, solucionar um problema urbanístico que se arrastava há décadas no centro da cidade. -----



Salientou a requalificação do espaço envolvente à casa da Cultura, a construção do novo pavilhão da escola secundária que permitia não só melhorar as condições dos alunos que frequentavam esse estabelecimento de ensino, como a abertura à comunidade para a parte prática desportiva, quer a nível particular ou a nível oficial. A construção das novas piscinas, a ampliação do Centro de Saúde eram obras que iriam melhorar significativamente a qualidade de vida de todos os farenenses. Repetiu que era um documento ambicioso, mas responsável, que não esquecia os mais vulneráveis e assegurava a sustentabilidade financeira do município. Pelos pressupostos elencados, afirmou que os eleitos do Partido Socialista iam votar a favor do plano e orçamento do município de Fafe para 2024, por terem a consciência de que o mesmo tinha ambição de desenvolvimento económico, social e da qualidade de vida dos seus munícipes e apontava um caminho a seguir para no futuro, a curto e médio prazo, aproveitando o enorme capital humano, cultural, histórico, patrimonial e natural do nosso concelho.-----

-----Por fim, foi dada a palavra **Presidente da Câmara** para prestar alguns esclarecimentos. Mencionou que, percebendo que as intervenções eram também muito políticas, o orçamento seria sempre continuidade deste e continuidade do executivo anterior. Quanto ao orçamento participativo, informou que na página 51, era dito que se ia iniciar o orçamento participativo, mas iam começar pelas escolas. -----

Quanto ao direito de oposição, o mesmo foi cumprido mas estava disponível para se sentar à mesa. Relativamente à questão do saneamento, tinham herdado 52% de cobertura e no final do mandato ficaria com 56%, mencionando que não havia grandes verbas para investimento na área do saneamento de fundos comunitários. Informou que na revisão do PDM, se tinha comprometido a fazer investimento da ordem dos 13 milhões de euros para não haver desclassificação do terreno. Seria encontrada, naturalmente, uma estratégia para aumentar a cobertura que eram obrigados a fazê-lo sendo que, por cada 1% de aumento gastavam um milhão de euros. Afirmou que as receitas próprias do município eram diminutas, na ordem dos 35%, portanto não tendo receitas próprias, havia uma dependência grande de empréstimos, de fundos comunitários e transferências do estado. Quanto às despesas correntes, o acréscimo estava muito associado à transferência de competências estando agora estabilizadas, elas manter-se-iam fixas ou aumentariam. Referiu que os serviços já tinham procedido, na área das



transferências já assumidas, havendo um saldo zero, no entanto gastava-se sempre mais porque a proximidade assim o obrigava. -----

Afirmou que o investimento nas freguesias estava contabilizado e que se dessem uma volta pelo concelho veriam que havia muita obra realizada. -----

Salientou que era com satisfação que registava a questão do Parque de Desportos e porque já lhe passado muitas vezes pela cabeça tenho, tinha receio do investimento que já lá tinha sido feito, tendo havido uma altura em que o mesmo não o era feito e era possível equacionar uma deslocalização. Neste momento, estava-se num patamar em que já se tinha começado a fazer lá investimentos, no entanto em termos de espaços complementares, campos, treino, etc... o existente era limitado e, portanto, se ca-lhar possível. -----

Quanto à nova piscina era simples, a justificação que tinha dado para abandonar o projeto anterior era de que o projeto que estava concluído e custava 4 milhões de euros, o empréstimo estava em fim de prazo, pelo que tiveram que abdicar dele. Mencionou que não encontrando financiamento para a eficiência energética, que tinha sido anunciado, e havendo um milhão de euros que ia ser aplicado na recuperação da casa da cultura, que era outro edifício que estava muito degradado, nessa perspetiva, equacionou-se a possibilidade de voltar à nova piscina, contudo entendia que não havia possibilidade de ter duas piscinas em funcionamento, pelos custos que estavam associados. Quanto à localização da piscina, havia a possibilidade de se poder vir a obter financiamento, mas teria de estar muito associada às escolas, talvez na proximidade da escola Montelongo, tendo já sido colocado o assunto à Comissão de Coordenação. -----

Relativamente às questões colocadas sobre ter empresas municipais ou a Câmara assumir diretamente obras, informou que brevemente iam abrir um concurso, contudo estavam com dificuldade de recrutar operários até porque a Câmara não era nada competitiva nesse aspeto, as pessoas conseguiam vencimentos no privado muito superiores aos que o serviço público podia dar. Afirmou ainda que com o envelhecimento dos atuais funcionários, muitos deles iam para a reforma, agravava ainda mais essa situação.---

-----Não havendo mais intervenções, foi colocada à votação:-----

- **Ponto dois ponto seis ponto um** - Que nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I, da Lei n.º 73/2013, de 12 de setembro, conjugado com o n.º 1, do



artigo 45.º e artigo 46.º, da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, a Câmara Municipal delibere submeter à Assembleia Municipal os documentos previsionais de gestão do Município de Fafe para o ano 2024, tendo sido, **aprovado, por maioria, com 7 votos contra (PCP/PEV e PSD/PPD) e 6 abstenções (JRPFS)**;

- **Ponto dois ponto seis ponto dois** – Autorizar a Câmara Municipal a celebrar e denunciar os contratos de delegação de competências, acordos de execução e outros apoios, nos termos das alíneas j) e k) do n.º 1 do artigo 25º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, em todos os domínios dos interesses próprios das populações das freguesias, de acordo com os critérios e/ou orientações aprovadas pela Assembleia Municipal, tendo sido, **aprovado, por maioria, com 1 voto contra (PCP/PEV) e 12 abstenções (JRPFS e PSD/PPD)**.

- **Ponto dois ponto seis ponto três** – Estabelecer e fixar, nos termos do n.º 3 alínea b), do art.º 106, da Lei n.º 5/2004 de 10 de Fevereiro a taxa municipal de direitos de passagem (TMDP) em 0,25% para o ano de 2024, tendo sido, **aprovado, por unanimidade**.

- **Ponto dois ponto seis ponto quatro** – Nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propor à Assembleia Municipal para que este órgão, para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e respetiva alteração, e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, emita autorização prévia à assunção de compromissos plurianuais nos casos seguintes:

- a) Resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes no PPI e/ou PAM;
- b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 € em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos;
- c) Resultem de reprogramações financeiras legalmente admissíveis, e alterações ao cronograma físico e/ou financeiro de investimentos e outras despesas, sem prejuízo do disposto nº 2 do artigo 12º do Decreto-Lei nº 127/2012 de 21 de junho;

Aprovado, por maioria, com 1 voto contra (PCP/PEV).

- **Ponto dois ponto seis ponto cinco ponto um** - Que na sequência do pedido de autorização prévia formulado referido no número anterior, seja igualmente autorizada a delegação no Presidente da Câmara Municipal a assunção de compromissos plurianuais; **Aprovado, por maioria, com 1 voto contra (PCP/PEV), aprovar**.



Dois ponto seis ponto cinco ponto dois - Que delibere ainda que a Câmara Municipal, com a emissão de autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos pelo Órgão Deliberativo, prestará informação trimestral da qual constem os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica objeto da presente proposta; **Aprovado, por unanimidade, aprovar.**-----

-----**Ponto dois ponto sete** - Apreciação e Votação do Mapa de Pessoal e respetivos anexos para o ano de 2024;-----

-----O **Presidente da Câmara** usou da palavra para explicar que o mapa de pessoal resultava de um levantamento que os serviços fizeram das necessidades, nomeadamente de reforço proveniente das transferências de competências que colocaram sob pressão alguns serviços e sendo necessário proceder a algum recrutamento técnico, pois era uma antecipação àquilo que poderia vir a acontecer em alguns setores com as aposentações. Havia um reforço substancial na área da educação, com o recrutamento de auxiliares de ação educativa, por forma a eliminar a prestação de serviços para a limpeza, fazendo com que as escolas tivessem as condições necessárias para a sua realização. Afirmou que era vontade do executivo poder restabelecer essa contratação ou dar às escolas o número de efetivos necessários para realizar todas as tarefas.-----

-----Foi dada a palavra a **Alexandre Dias Leite, eleito pelo PCP/PEV**, para dizer que consideravam que o mapa de pessoal não espelhava a realidade laboral da Câmara, referindo que grande parte das pessoas que trabalhavam para a Câmara não constava do mapa de pessoal apresentado. Considerou ser normal, até um certo ponto, porque os serviços tinham sido entregues a privados, contudo, na realidade, prestavam serviços ao município e por isso era um mapa de pessoal que não espelhava a realidade. Consideravam, também, que Fafe necessitava de uma mudança política para começar a resolver o atraso que vinha acumulado ao longo dos anos. Afirmou que se a pretensão era fixar população no concelho, não se podia andar constantemente a recorrer a este tipo de contratações temporárias para funções e necessidades que eram permanentes que, para além de ficar mais caro a médio prazo, traziam evidentes prejuízos económicos e sociais.-----

-----De seguida foi dada a palavra a **José Manuel Martins Ribeiro, eleito pelo Grupo de Cidadãos Eleitores “José Ribeiro por Fafe Sempre”** para dizer que apenas pretendia confirmar com o Presidente da Câmara o seguinte: segundo a proposta apresentada, a



Câmara passaria de número de 524 funcionários para 814 se fossem preenchidos todos os lugares que se propunham criar. Mencionou que nada tinha contra as contratações, e embora não estivesse sintonizado com Partido Comunista na filosofia, mas como era evidenciado nas contas do município estavam com a margem de 7% na utilização da sua receita corrente, alertou, porque julgava que tinha que haver da parte do executivo, do serviços, do responsável, do vereador da área dos recursos humanos, um cuidado grande na contratação e no preenchimento dos lugares que se propunham criar. Naturalmente que a proposta, no entendimento do executivo, era a necessária para o melhor funcionamento da Câmara e não pondo isso em questão, mencionou que a sustentabilidade das finanças estava muito em causa e, portanto, era preciso uma atenção particular. -----

-----Posteriormente, usou da palavra **Ricardo Jorge Lobo Matos Soares Fernandes, eleito pelo PSD/PPD**, para dizer que, relativamente às preocupações manifestadas pelo Deputado Alexandre Leite, tinha sido aprovada uma alteração na lei de qualquer trabalho que as empresas que assumissem os serviços prestados por terceiros tinham que assegurar os mesmos locais de trabalho, os mesmos trabalhadores que já estavam na anterior empresa. Portanto, havia muitas empresas que assumiam os contratos de prestação de serviços e que não sabiam que levavam os trabalhadores todos da anterior empresa. Portanto, nesse aspeto, essa parte estava mais ou menos protegida. Era verdade que essa questão da contratação era muito mais facilitada e, nessa medida, não deveriam ter essa preocupação.-----

-----Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação, sendo **aprovada, por maioria, com 1 voto contra (PCP/PEV) e 6 abstenções (JRPFS)**.-----

Ponto dois ponto oito – Apreciação dos Relatórios de Execução referentes aos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências e de Cooperação com as Juntas de Freguesias;-----

-----Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** para dizer que era a análise preliminar dos relatórios apresentados por todas as juntas, pelo que não havia nada a observar.-----

-----Solicitou a palavra **Bruno Manuel da Silva Oliveira, eleito pelo Grupo de Cidadãos Eleitores “José Ribeiro por Fafe Sempre”** para dizer que havia dois



pormenores que lhe tinham chamado a atenção, nomeadamente, o facto da verba que tinha sido transferida para as juntas e, acontecia em todas elas, no ano anterior ser maior do que a verba transferida no corrente ano. Os valores transferidos em 2022 foram superiores a 2023 relativamente aos valores executados. Mencionou que até entendia, pois permitia que as juntas tivessem fundo de maneio para irem trabalhando. Então a questão que colocava, e reportando-se ao que aconteceu no mandato anterior com duas juntas de freguesia, o facto de poder ser transferidas verbas de um ano para o outro, na altura que era aprovado todos os anos pelo facto de algumas obras serem de maior envergadura, entendia que seria uma boa ferramenta para que algumas juntas pudessem ter essa possibilidade que era, caso não gastassem essa verba durante esses dois anos, poderiam utilizar nos anos seguintes. Deu um exemplo de uma determinada junta que tivesse uma obra de maior envergadura e que a Câmara não tivesse capacidade para dar um apoio suplementar, então ela poderia dividir a obra ao longo desses anos e com o Protocolo que tinha com a Câmara ia pagando isso aos poucos, de alguma forma, era algo limitativo. Prosseguiu dizendo que não havia soluções perfeitas, mas entendia que se devia tentar arranjar um mecanismo que permitisse o uso dessas verbas, permitindo às juntas terem uma gestão a mais longo prazo. Outro pormenor, e ia falar como advogado das juntas, o Presidente da Câmara poderia tentar aumentar um bocadinho as verbas transferidas, ficaria bem visto.-----

-----De seguida, usou da palavra **Alexandre Dias Leite, eleito pelo PCP/PEV** para dizer que era importante que, quando se fazia a delegação de competências, se fizesse depois um controlo da sua execução e se percebesse se a delegação tinha sido ou não uma coisa positiva. Mencionou que ficaria à espera de um relatório que se debruçasse sobre se tinha sido positivo ou não.-----

-----**A Assembleia tomou conhecimento.**-----

-----Pelo **Presidente da Mesa** foi dito que os trabalhos estavam a decorrer a bom ritmo, que já eram 00,27 horas pelo que colocava à consideração da Assembleia Municipal se pretendia interromper a reunião e voltar no dia seguinte, conforme tinham acordado na reunião de Líderes, salientando, contudo que a Assembleia era soberana. Não havendo objeção, a Mesa interrompeu os trabalhos, tendo a reunião terminado, continuando no dia seguinte, às 21,00 horas, no mesmo local.-----



-----Aos vinte e um dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três, reuniu a Assembleia Municipal de Fafe, em sessão ordinária, sob a presidência do **Presidente da Mesa**, Raul Jorge Fernandes da Cunha, do **Primeiro Secretário** José Manuel Gonçalves Domingues e dada a ausência do **Segundo Secretário**, foi convidada Maria José Pereira Gonçalves Marques para ocupar o lugar.-----

-----Foram retomados os trabalhos, dando, de imediato, a palavra a **Bruno Manuel da Silva Oliveira, eleito pelo Grupo de Cidadãos Eleitores “José Ribeiro por Fafe Sempre”** para pedir desculpa ao Presidente da Câmara, por causa de um lapso, uma vez que tinha analisado de forma errada a tabela, mencionando que a última coluna que aparecia com o valor ainda a transferir, daí o lapso, uma vez que achava que os valores já tivessem sido todos transferidos, pelo que publicamente fazia um pedido de desculpas, porque não era só dizer mal quando assim o estava, mas também era preciso dizer bem quando assim o era e saber reconhecer quando se errava.-----

-----**Ponto dois ponto nove – Apreciação e Votação da Proposta de Aquisição de Fração para Instalação da Loja do Cidadão;**-----

-----Foi dado a palavra ao **Presidente da Câmara** para explicar que a instalação conveniente dos serviços públicos era uma questão antiga, quer a segurança social, o instituto de registo e notariado, quer a própria autoridade tributária não estavam bem instalados, portanto, esse era um assunto que recorrentemente se procurava encontrar uma solução para os instalar. -----

Assim, através da criação da loja do cidadão, era possível, num só espaço, concentrar o serviço.-----

Todas essas três instituições e acrescentava as águas de Fafe, as Águas do Norte e também o espaço cidadão que funcionava na Câmara, portanto com vantagens naturalmente, para os cidadãos e para as empresas. -----

Explicou como se tinha chegado ao local em análise, afirmando que o executivo, dentro de algumas possíveis localizações e encaminhou o assunto para ser a loja do cidadão instalada no Royal Center. Portanto, retomou esse processo e foi possível chegar a um acordo com proprietário. Mencionou que, junto à presente proposta estava a minuta de contrato promessa e um protocolo com a AMA que definia um modelo de negócios.



Informou que havia um empréstimo associado à concretização da loja do cidadão, explicando que parte do empréstimo, sensivelmente 50%, era para aquisição do espaço e os outros 50% eram para as obras para instalar convenientemente na loja do cidadão, sendo que estava associado um valor nesse modelo de negócios. -----

Afirmou que havia uma grande probabilidade e possibilidade de ainda poderem vir a candidatar e ir buscar financiamento, isto logo que as candidaturas abram. Informou que o financiamento que visse a ser obtido seria para amortizar o empréstimo, referindo que o valor da aquisição se pagava ao longo dos 14 anos do protocolo, que seria celebrado com a AMA, portanto, não haveria aqui nenhum prejuízo.-----

Salientou que para o município, ao fim de 14 anos, a loja do cidadão não devia encerrar, mas logo se via. De qualquer das formas, a Câmara ficava proprietária do bem. Portanto, era a explicação que queria dar e colocando-se ao dispor para qualquer esclarecimento. -----

-----Solicitou a palavra **Ânia Maria Magalhães Teixeira, eleita pelo PSD/PPD**, para justificar a posição do PSD em relação à instalação da loja do cidadão no edifício Royal Center. Afirmou que existiam vários edifícios na cidade de Fafe que poderiam ter sido reabilitados ao acolherem a loja do cidadão. Afirmou que tinha lido que, por deliberação do Governo, as lojas do cidadão eram financiadas a 100% e, com isso, o município poderia reabilitar ou até mesmo aumentar o seu património com a escolha de outro local. Resultava também das diretrizes legais a modernização digital dos serviços públicos, pelo que se previa, num futuro próximo, que os cidadãos não necessitem de se deslocar a tais serviços, sendo que, mesmo na atualidade, já era notório menor afluência aos serviços até porque as pessoas já estavam todas familiarizadas com o portal das finanças, segurança social direta etc. -----

Mencionou que não se compreendia a necessidade de um espaço tão grande, julgava ser mais de 2000 m², mas agora também não conseguia precisar para loja do cidadão, quando a título de exemplo, poderia ter sido feito na Casa da Cultura ou até mesmo ter sido adquirido uma casa senhorial, que havia algumas, que enriquecia o património municipal, repetindo, com um modelo de investimento a 100%, que a Câmara Municipal de Fafe deixou passar. -----

Terminou, dizendo que não obstante a necessária reabilitação do Real Center, que todavia já contava com um proprietário privado, pelo que o PSD voltaria contra.-----



-----De seguida foi dada a palavra a **Bruno Manuel da Silva Oliveira, eleito pelo Grupo de Cidadãos Eleitores “José Ribeiro por Fafe Sempre”** para acrescentar à intervenção um outro pormenor que tinha ouvido no dia anterior com atenção, quando o Presidente da Câmara esclareceu o ponto referente às opções para o orçamento, sobre uma das obras previstas, nomeadamente a questão do Parque da Feira Velha e a ideia de retirar carros do centro da cidade. Afirmou que estavam a criar quase um paralelismo, não um contra senso, para permitindo-lhe a correção, porque segundo o que tinha percebido, também o projeto ia ter estacionamento no espaço, nos pisos inferiores, ou seja, queriam tirar carros da cidade, mas afinal iam colocar-se mesmo no centro. -----

Prosseguiu dizendo que havia muita gente que já familiarizadas com as questões dos acessos online, porém existiam muitas pessoas que precisavam de apoio. -----

Afirmo que lhe parecia um tanto ou quanto exagerado 2000 m² para aquele espaço, também entendia que podia ser uma forma de tentar resolver de uma vez por todas o assunto Royal Center, mas também se lembrava de muitos outros sítios que precisavam exatamente do mesmo, como por exemplo, o Mercado Municipal, pelo que mereceriam uma análise mais cuidada e profunda.-----

-----De seguida usou da palavra **José Manuel Martins Ribeiro, eleito pelo Grupo de Cidadãos Eleitores “José Ribeiro por Fafe Sempre”** para dizer que, sobre o assunto em análise, era positivo poder recuperar esse edifício que há muitos anos estava fechado, praticamente não tinha aberto, era positivo que se concentrassem vários serviços públicos também. No entanto, entendia que havia melhores soluções para resolver esse e outros problemas que a cidade tinha, havia outros serviços públicos que careciam igualmente de instalações adequadas para melhor uso e melhor acessibilidade por parte dos cidadãos. Prosseguiu dizendo que era possível encontrar uma solução de aluguer próxima do Centro Coordenador de Transportes com boa acessibilidade e, tanto quanto possível próximo do centro da cidade. A solução apresentada ia ao arrepio das atuais tendências das políticas do município tomadas nas últimas décadas, que era retirar automóveis do centro da cidade. Entendia que a cidade era dos cidadãos, não devia ser dos automóveis, portanto, era positivo que se recuperasse o edifício pedindo a maior atenção na sua requalificação, isto porque na década de 80 e 90, as construções desfiguraram um pouco o centro da cidade, pelo que a operação de requalificação devia encaixar-se naquilo que se tem preservado Avenida 5 de Outubro.-----



-----Solicitou, também, a palavra **Luís Alberto Castro Lopes Vasconcelos Pereira, eleito pelo PS**, que começou a sua intervenção dizendo que ia fazer uma declaração de voto a favor do PS. Afirmou que se prendia também com aquilo que era uma visão não só de necessidade de resolver um problema que efetivamente já tinha 30 anos e várias soluções que se tinham perpetuado. Afirmou que, ao contrário do referido no dia anterior sobre a falta de visão estratégica, afinal existia estratégia e uma visão estratégica. --

Mencionou, ainda que o Presidente da Câmara não tinha falado do valor das rendas que ia ser pago, mencionando que, feitas as contas, por mês, o valor das rendas ia rondar o valor de 17 mil euros, o que perfazia um valor total de quase 2,86 milhões, significando que o empréstimo contraído para a aquisição e para as obras, ia ficar completamente amortizado. -----

Salientou, ainda, que a loja do cidadão tinha vários serviços centralizados que iam tornar o espaço bastante mais preenchido do que aquilo que parecia. -----

Terminou afirmando que, nesses termos, o Partido Socialista ia votar a favor da proposta de aquisição da fração, exatamente para resolver todos os problemas que Fafe tinha, não só por ter um problema urbanístico, mas também para centralizar todos os serviços.-----

-----De seguida usou da palavra, **Alexandre Dias Leite, eleito pelo PCP/PEV**, que começou por esclarecer que o que se estava a votar não era se Fafe devia ter ou não uma loja do cidadão, mas se Fafe devia comprar uma fração de um edifício e fazer as obras, contraindo um empréstimo. Mencionou que já tinham dado exemplos de edifícios que a Câmara tinha, bem como de edifícios históricos que poderiam ser adquiridos e que tinham mais utilidade para a cidade, por isso, outra justificação haveria para a aquisição proposta. Afirmou que o Presidente da Câmara, na sua intervenção explicou o que era a loja do cidadão, como funcionava e para o que servia, mas não explicou a parte que estava em discussão, por isso, afirmou que não questionavam a criação da loja do cidadão, mas sim o negócio apresentado. Mencionou que a Câmara passaria a ser co-proprietária, ou seja, apenas a proprietária de uma fração de um edifício que não tinha tido manutenção nas últimas décadas, que teria problemas. Referiu que podia parecer que estavam a resolver um problema, contudo podia trazer muitos outros problemas.--



Relativamente ao facto de a renda quase que se pagava a si mesmo, mencionou que se a Câmara pretendia fazer uma loja do cidadão, já tinha esses contactos todos feitos, podia fazê-la num edifício que já tinha propriedade, começava imediatamente a dar lucro, não precisando esperar 14 anos, por isso votariam contra.-----

-----Por fim usou da palavra **Pedro Manuel Lopes Magalhães, eleito pelo PSD/PPD**, para fazer apenas um nota relativamente a uma intervenção do Presidente da Câmara na última assembleia, concretamente sobre o facto de ter dito que os serviços das Águas de Fafe seriam acomodados em Calvelos, e na apresentação do presente ponto ter dito que à partida seriam contempladas no novo edifício, pelo que pedia para o esclarecer .-----

-----Pelo **Presidente da Câmara** foram prestados esclarecimentos sobre o assunto, vertidos na proposta apresentada, reforçando que apenas o posto de atendimento das águas de Fafe iam para a loja do cidadão, a exemplo do que ia acontecer ao posto de atendimento das Águas do Norte, os restantes serviços das Águas de Fafe iam para Calvelos. Mencionou, ainda, que a Câmara não era proprietária de edifícios com condições e disponíveis para acolher a loja do cidadão e também não vislumbrava um edifício junto do Centro Coordenador de Transportes para o efeito, tendo em consideração que, como era do conhecimento público, o edifício do antigo mercado seria para instalar o Museu do Rali. Quanto à questão do estacionamento, mencionou que tinham reservado apenas seis espaços, não iam criar estacionamento. -----

-----Não havendo mais intervenções, foi colocada à votação, tendo sido aprovada, **por maioria, com 6 votos contra (PCP/PEV e PSD/PPD) e 5 abstenções (JRPFS)**.-----

-----**Ponto Dois ponto dez** – Apreciação e Votação de Aquisição do Prédio da Antiga Alvorada no âmbito da Estratégia Local de Habitação 1º direito;-----

-----Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** para explicar a proposta apresentada. Mencionou que a Câmara era proprietária de um conjunto de frações, nomeadamente no bairro da Cumieira, onde tinha cerca de 200 frações e mais algumas na Torralta que disponibilizava para arrendamentos acessíveis. Também, apoiava cerca de 300 agregados familiares no apoio à renda ou até ao pagamento da prestação bancária. Saliou, ainda o programa de que a Câmara se devia orgulhar muito, que ao longo de



muitos anos recuperou e ajudou a criar condições em habitações um pouco por todo o concelho. -----

Afirmou que, entretanto, o Governo publicou um programa de apoio de acesso à habitação, um apoio público à promoção de soluções de habitação para pessoas que não dispunham de capacidade financeira para suportar o custo do acesso a uma habitação com dignidade e nessa perspetiva, a Câmara tinha elaborado a sua estratégia local de habitação, explicando que obedecia a vários princípios que estavam explanados no artigo terceiro do decreto-lei e tinha os seguintes três princípios: o primeiro da integração social, no sentido do apoio ao acesso à habitação não significar o apoio a qualquer solução habitacional, devendo ser favorecidas soluções de ocupação que garantissem a diversidade social e estivessem inseridas no tecido urbano, promovendo a integração da pessoa ou do agregado nas comunidades residentes, evitando-se fenómenos de segregação e exclusão sócio territorial. Outro princípio era o da reabilitação do edificado, segundo o qual o apoio ao primeiro direito devia privilegiar a disponibilização de habitações através da reabilitação do edificado, em vez de construção nova. O terceiro princípio era o do incentivo ao arrendamento, afirmando que a Câmara não construía para vender. -----

Salientou que, com base nesses princípios, a Câmara tinha andado à procura de espaços, não para construir habitação, mas para reabilitar e, naturalmente, que um espaço que necessitava de ser reabilitado era a fábrica Alvorada. A intenção inicial era tentar recuperar parte do edificado e era, porventura, uma solução mais económica e também preservava a memória daquele espaço. Afirmou que foram efetuadas várias visitas, vários estudos ao local, colocando-se a possibilidade de demolição na sua totalidade. Tendo obtido, da parte do IHRU, todas as garantias de financiamento, avançou-se com a proposta de aquisição, mencionando que, na fase em que se encontravam, o projeto de arquitetura estava muito avançado para se instalar um conjunto de frações. Portanto, teria muito gosto em apresentar brevemente as maquetes, explicando que seria habitação com qualidade e não iam fazer habitação a custos controlados apenas para instalar pessoas, levariam para aquele espaço, a Cruz Vermelha com os seus armazéns e serviços, a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens e estavam a definir espaços para a Escola de Bailado que era uma escola privada, também a possibilidade de até as bandas de música. Portanto para que a integração e a vivência naquele espaço



fosse uma vivência normal. Afirmou que na semana que se seguia seria apresentada a candidatura, salientando que existia uma pressão para concretizar esse projeto, porque tinha que estar terminado até ao final de 2026.-----

-----Solicitou a palavra **Alexandre Dias Leite, eleito pelo PCP/PEV**, para dizer que votariam a favor por considerar que era um passo no caminho de garantir a todos o direito à habitação, como previa a Constituição. E apesar disso, embora o Presidente da Câmara tivesse falado sobre a estratégia local de habitação e mais ou menos explicado continuava com algumas dúvidas sobre a localização e pelo facto de haver investidores interessados, por isso ficava assim uma nebulosa sobre o negócio que podia facilmente ser explicadas e deixavam de ser nebulosas. Mencionou que outra coisa estranha era aprovar a aquisição de uma fração e já duas instituições particulares soubessem que iam ter lá um espaço e questionando o porquê daquelas duas, não outras.-----

-----De seguida foi dada a palavra a **Luís Alberto Castro Lopes Vasconcelos Pereira, eleito pelo PS**, que começou por dizer que iam votar a favor da proposta bem como eram a favor da Estratégia Local de Habitação e da instalação de habitações na naquele espaço, que também ia resolver a mesma situação do plano anterior a Fábrica Alvorada que era um problema urbanístico pela degradação do edifício. Mencionou que efetivamente a transformação de um espaço industrial naquilo que seria um espaço habitacional não era uma ideia peregrina de Fafe, dando alguns exemplos, nomeadamente no Porto. Afirmou que a Câmara Municipal tinha um papel regulador naquilo que seria o valor do arrendamento dessas habitações, exatamente para dar condições àqueles que tinham menos possibilidade para ter uma casa. Lembrou que a Câmara Municipal do Porto tinha autorizado a conversão de três fábricas que passaram a ser um loteamento. Referiu que não havia um investimento privado com vista a dar lucro, mas efetivamente havia uma Câmara a proporcionar condições aos menos favorecidos, os mais desfavorecidos para efetivamente terem uma habitação condigna e, conforme as declarações do seu Presidente, com qualidade acima da média daquela que também estava construída nas imediações.-----

-----Posteriormente, usou da palavra **José Manuel Martins Ribeiro, eleito pelo Grupo de Cidadãos Eleitores “José Ribeiro por Fafe Sempre”**, para perguntar se quando a Câmara iniciou contactos para a aquisição do imóvel tinha conhecimento de que havia



um contrato de promessa de compra e venda com um particular estando o negócio praticamente concluído ou se tinha exercido o direito de preferência. -----

Afirmou que, pessoalmente não simpatizava com o projeto apresentado e achava inadequado o caminho que a Câmara pretendia seguir relativamente à requalificação do espaço. Deprendia que se faria a demolição e se faria uma coisa completamente nova, mencionando que se devia salvar a chaminé da fábrica. Perguntou, ainda, se o projeto, como já tinha sido dito, ia integra-se na estratégia de habitacional do Município e se integrava aquele contrato feito de 12 milhões acerca de um ano, bem como quantos fogos o município precisava ou ia construir e se iam conseguir resolver todas as carências.

Terminou dizendo que depois de ouvir as informações que o Presidente da Câmara daria, mas que de todo não alterariam a sua posição, que era desfavorável e votaria contra a proposta.-----

-----De seguida foi dada palavra a **Bruno Manuel da Silva Oliveira, eleito pelo Grupo de Cidadãos Eleitores “José Ribeiro por Fafe Sempre”**, para recordar que já tinha trazido o assunto em análise à última Assembleia e, tendo ouvido atentamente as explicações dadas pelo Presidente da Câmara, tinha analisado os documentos apresentados e tinha uma série de perguntas a colocar. Dessa forma, uma delas era a questão do número de fogos, se já havia projetos e estudos numa fase que permitissem ter um número aproximado ou real de fogos; Qual era, à data, a real necessidade de habitação no Concelho de Fafe, mencionando que tinha ouvido dizer que existiam casas vagas na Cumieira, se havia alguém que estava realmente necessitado de uma habitação. -----

Sobre a área da construção, causava-lhe alguma espécie, ver um organismo público interferir numa decisão que envolvia privados quando havia algo, que tudo indicava fumo à vista para resolver esse problema, por isso, primeiro a situação de reabilitação não se colocava porque à partida estava resolvida porque havia interessados e projetos para reabilitar o espaço ou reabilitar ou dar-lhe nova vida. Por isso, o argumento que a Câmara podia utilizar e dizer que iam reabilitar um espaço, ia fazer um trabalho que alguém já se tinha de alguma forma disponibilizado e comprometido a fazer.-----

Prosseguiu dizendo que o investimento que se estava a fazer para a aquisição do espaço, que conseguiriam ser reabilitadas e postas à disposição de muitas pessoas com mais espaço, com menor custo. Frisou, ainda que, em vez de agrupar um determinado



grupo de pessoas, o tipo de pessoas, claro que todas as pessoas eram diferentes, mas já sabiam que quem ia procurar aquele tipo de casas ia ser uma determinada faixa da população, se calhar pô-las de uma forma mais disseminada poderia ser muito mais vantajoso. Era, por essas razões, que estava contra a aquisição por parte da Câmara daquele espaço e não estava contra o facto de a Câmara estar ao lado de quem realmente precisava.-----

-----Seguidamente, foi dada a palavra a **Honorato Manuel Peixoto da Silva, eleito pelo PDS/PPD**, para dizer que eram contra a proposta de aquisição do antigo edifício da fábrica nova Alvorada para criar um bairro social. Afirmou que a Câmara não deveria ser um obstáculo ao negócio particular que poderia ter ocorrido em relação aquele edifício, com a justificação de que se pretendia criar nesse espaço um bairro social. Não fazia qualquer sentido a Câmara monopolizar um investimento que poderia ser realizado pela sociedade e limitar a iniciativa privada, potenciar o criativo e o inovador da comunidade. A sociedade devia ser o principal motor de desenvolvimento imobiliário, com a Câmara a funcionar como facilitador ou mesmo como um parceiro, não devia ter qualquer bloqueio ideológico em tornar a Câmara Municipal Fafe como um agente facilitador ou parceiro no lugar, ser unicamente um promotor. -----

Prosseguiu dizendo que o programa de apoio ao acesso à habitação Primeiro Direito, visava apoiar a promoção de soluções habitacionais para pessoas que viviam em condições habitacionais indignas e que não dispunham de capacidade financeira para suportar o custo de acesso à habitação adequada. Tratando-se de um programa que assentava numa dinâmica promocional predominantemente dirigida à reabilitação do edifício e do arrendamento. -----

Afirmou que, para o PSD, o caminho tinha de ser feito de mãos dadas com a sociedade para solucionar os problemas da habitação. A aposta no programa devia conter abordagens integradas e participativas que promovessem a inclusão social e territorial. A aposta seria num parque habitacional estabilizado, adquirindo, reabilitando edifícios devolutos existentes na cidade bem como nas freguesias. -----

Salientou que o Executivo pretendia apresentar grandes obras apenas no espaço urbano, abandonando as freguesias e o PSD não queria, de todo, pensar pequeno, mencionando que se deveria aproveitar para repovoar os lugares das freguesias. -----



Referiu que eram favoráveis a uma estratégia que envolvesse as freguesias, havia ruas, lugares, freguesias a ficar envelhecidos e despovoados e dessa forma, iam desperdiçar uma oportunidade única de mudar o rumo do território fafense. Essa era a oportunidade que poderiam ter e, infelizmente, parecia que tinham um Executivo pouco ativo, pois poderiam envolver mais instituições, entidades para desenvolver soluções habitacionais inovadoras, fomentando a habitação colaborativa e comunitária para os mais vulneráveis. -----

Afirmou que o modelo social inovador que colocava ênfase na inclusão e no combate ao isolamento de pessoas em situação de vulnerabilidade como pessoas idosas, pessoas com deficiência, equilibrando a privacidade individual e o espaço coletivo. Mencionou que poderíamos apresentar mais candidaturas, angariar mais financiamento, milhões de euros provenientes do PRR, que poderiam ser investidos de forma descentralizada no território fafense. -----

Salientou, também, a importância de terem consciência que havia empresários fafenses com um projeto para a antiga fábrica da Alvorada e que, para avançar, não dependiam de qualquer apoio da Câmara Municipal de Fafe e sem pedir qualquer tipo de contrapartidas. -----

Concluiu colocando um questão ao Presidente da Câmara sobre se sentia que possuía as mesmas condições políticas para continuar a receber, da mesma forma, potenciais promotores imobiliários no seu gabinete para desenvolver projetos habitacionais em Fafe.-----

-----Posteriormente foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** para responder às questões colocadas.-----

-----Não havendo mais intervenções foi colocada à votação, sendo **aprovado, por maioria, com 10 votos contra (PSD/PPD e JRPFS)**.-----

-----**Ponto dois ponto onze** – Apreciação e Votação da Proposta de Alteração do Regulamento Apoio a Entidades/Organismos legalmente existentes e a atividades de Interesse Municipal no Município de Fafe;-----

-----O **Presidente da Câmara** começou por felicitar a Comissão que tinha sido constituída pelo trabalho realizado e não tendo chegado mais nenhum contributo na discussão pública para além da Assembleia Municipal, que já estava contemplado e que ia ser



votado, depois as matrizes que seriam aprovadas, seriam de acomodar todas as indicações.-----

-----Foi dada a palavra a **Pedro Manuel Lopes Magalhães, eleito pelo PSD/PPD**, para dizer que o regulamento tinha sido violentamente ferido em questões nevrálgicas, como a transparência e o rigor que o mesmo devia impor. Afirmou que a Comissão criada teve a representatividade de todas as forças políticas e todos partiram com uma clara e inequívoca vontade de tornar o documento mais justo e mais claro. Prosseguiu dizendo que depois de sete reuniões e um relatório enviado ao executivo, pasmou-se a ver que nem uma única proposta constava no novo documento e dizer que, eventualmente, pudesse vir a ver uma matriz de que aguardava e certamente todos os membros da Comissão para ver se de facto as indicações dadas de forma transversal estavam realmente contempladas. Entendia que era de muito mau tom, colocar em discussão pública um documento com alterações, sem tão pouco terem dado conhecimento ao Grupo de Trabalho. -----

Disse, também, que não tinha nem tem que acolher nenhuma das propostas contudo gostava que justificasse à Assembleia e aos membros da comissão o porquê de não constar da mesma e sim numa possível matriz que referia no documento, pelo que queria que fosse transparente na resposta, referindo que a transparência não podia ficar só nos discursos. -----

Afirmou que não bastava terem colocado um documento com uma versão diferente da que a comissão trabalhava, mas também sanearam a estrutura de qualquer sugestão da comissão. Pediu a atenção a todos, mencionando que tinha sido muito trabalhoso, que era um grupo onde existiam atuais e antigos dirigentes associativos, de várias faixas etárias e tendo dado, de certa forma, um palmilhar de terreno que permitimos a todos sentir as dificuldades, muitas das vezes enquanto dirigentes associativos, dado os parabéns a todos os membros que compuseram a comissão. -----

Voltando ao assunto, referiu que tinham retirado o artigo 17º, número 3, alínea b), curiosamente aquele que era o elemento fiscalizador de todas as candidaturas, citando-o: “Analisar e avaliar as candidaturas elaborando propostas de decisão devidamente fundamentadas a remeter ao órgão executivo no prazo máximo de 20 dias após a aprovação do orçamento municipal”. Mencionou que, se tirassem a fiscalização municipal, que seria o órgão executivo, no caso haver ou não regulamento, que dava no mesmo, vol-



tando-se à obscuridade dos critérios, da transparência, pelo que questionou sobre o que havia de errado em remeter ao executivo a formalização e a análise das candidaturas. -----

Terminou citando as declarações do PSD nas reuniões do executivo sobre o assunto: “A presente proposta não cumpre com o disposto na alínea b) do artigo 3 do artigo 17º do regulamento de apoio a entidades e organismos, uma vez que não contempla a análise e a avaliação da candidatura, nem a elaboração da proposta de decisão, devidamente fundamentada pela Comissão de análise”, tecendo alguns comentários políticos.-----

-----De seguida, foi dada a palavra a **Bruno Manuel da Silva Oliveira, eleito pelo Grupo de Cidadãos Eleitores “José Ribeiro por Fafe Sempre”** que começou por dizer que tinha sido membro dessa Comissão com muito gosto e que estavam a votar um documento em que as regras todas só foram postas agora, que tinha ficado muito feliz por terem tomado boa nota de todas as suas recomendações que foram tomadas de forma unânime, muito construtiva, com um debate aceso em determinados momentos, esclarecendo pontos de vista de um lado e do outro. Mencionou que não achava correto que no dia da presente reunião lhe tenha sido dito que essas propostas tinham sido acomodadas e acolhidas de bom grado e não viessem, na prática, explanadas em lado nenhum, pelo menos nos documentos a que tinha tido acesso. Afirmou que não duvidava, em momento algum, que isso viesse a acontecer, que aquilo que se estava a debater era o regulamento. Mencionou que o documento apresentado era diferente daquele que tinha sido analisado. Afirmou que era muito pragmático, mas positivo ao mesmo tempo e queria acreditar que tudo era feito sempre de forma honesta, transparente e para o bem de todos e de uma forma séria, ficando de alguma forma triste de que uma das coisas que tinha sido feito na última reunião da Comissão tinha sido remeter o documento final e solicitar ao executivo uma resposta a esse mesmo documento, salientando que nunca a tinham obtido, até à data, que entendia que era o mínimo que se poderia fazer de reconhecimento pelo serviço prestado no sentido de mais-valia para o Município e mais-valia para o Executivo.-----

-----De seguida, usou da palavra **Alexandre Dias Leite, eleito pelo PCP/PEV**, para dizer que não era o único a não perceber o que se passava. Mencionou que se tinha criado uma Comissão para discutir o assunto, para que o mesmo fosse mais transparente, que era democracia de discussão, debate de construção e coletivo e depois não se per-



cebia o porquê de não serem aceites as propostas da Comissão e por isso se uma das partes não explicava, a outra não conseguia perceber, pelo que a Câmara deveria dar esclarecimentos. Exemplificou, dizendo que no ponto um do artigo segundo, se sugeria que se acrescentasse às possíveis atividades a ajudar a atividade ambiental, a atividade cultural, atividade desportiva e, por que não acrescentar atividade ambiental, haveria alguma razão lógica para não aceitar isso. Pelo que tinha percebido, não tinha sido acolhida nenhuma proposta e, no ponto dois do mesmo artigo, disse que os trabalhadores do município não podiam participar nas associações que viessem a beneficiar de ajudas os trabalhadores do município. E a Comissão achou que isso era exagerado e sugeriu que se houvesse essa exclusão dos trabalhadores municipais fosse apenas no caso de eles fazerem parte da Comissão de análise e ao mesmo tempo dos órgãos sociais da associação. Outro dos pontos que estava relacionado também com o regulamento era o portal do associativismo, que continuava com a generalidade dos dados por preencher e houve uma proposta para obrigar a que, pelo menos os estatutos e o plano de atividades tivessem que constar no portal do associativismo.-----

-----Pelo **Presidente da Mesa** foi dito que gostaria de alertar de que, desde logo, tinha ficado bem claro que a Câmara não estava obrigada a acolher as sugestões da Comissão, portanto, a mesma tinha produzido o seu documento, tinha feito um trabalho meritório e prolongado.-----

-----Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** para dizer que face aos vários pedidos de esclarecimentos achava conveniente que a Senhora Vereadora que não o tinha efetuado antes, pudesse efetuar os devidos esclarecimentos, não prejudicando a votação para não se perder tempo, mas que juntamente com serviços jurídicos que posteriormente reanalisaram e reuniram com a Comissão para explicar tudo.-----

-----Pelo **Presidente da Mesa** foi proposto que se fizessem a votação da proposta e que, provavelmente, o ponto seguinte deixaria de fazer sentido, pelo que propunha que se retirasse da agenda o ponto seguinte, uma vez que estava já anunciada uma futura reunião com os serviços jurídicos e a Senhora Vereadora para clarificar as posições tomadas na presente reunião.-----

-----Usou da palavra **Pedro Manuel Lopes Magalhães, eleito pelo PSP/PPD** para dizer que ia remeter as perguntas feitas ao Senhor Presidente da Câmara mas que não deixaria de se rebater até ter resposta às mesmas, tendo perguntado se haviam relató-



rios ou pareceres da comissão de análise de todas as candidaturas que foram financiadas e, caso existissem, pediu que os fizessem chegar ao Líder da sua bancada, porque nunca tinham sido levados à Reunião de Câmara, perguntou, ainda, se havia associações que tinham sido financiadas sem o aval da Comissão de Análise.-----

-----Não havendo mais intervenções, foi colocado à votação tendo sido **aprovada, por maioria, com 6 votos contra (PCP/PEV e PSD/PPD) e 5 abstenções (JRPFS)**.-----

Ponto dois ponto doze – Apreciação e Votação da Proposta de Extinção da Comissão de Acompanhamento do Regulamento Apoio a Entidades/Organismos legalmente existentes e a atividades de Interesse Municipal no Município de Fafe;-----

-----O **Presidente da Mesa** colocou à consideração da Assembleia Municipal a retirada do presente ponto da agenda, uma vez que a Comissão que se propunha extinguir ainda ia reunir uma vez mais.-----

-----Não havendo intervenções, foi colocada a votação a retirada do ponto da ordem de trabalhos, **sendo sido aprovado, por unanimidade**.-----

Ponto dois ponto treze – Apreciação e Votação de Proposta de Apoio para Aquisição de Viatura de Transporte Coletivo de Crianças;-----

-----Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** para explicar que as viaturas afetas às Juntas de Freguesia tinham uma duração limitada que, entretanto, o Governo tinha prolongado. Afirmou que estavam a retomar o regulamento que existia para, em função das necessidades das juntas, atribuir os valores que constavam do regulamento.----

-----Foi dada a palavra a **Alexandre Dias Leite, eleito pelo PSD/PPD**, para, relativamente às declarações feitas pelo Presidente da Câmara sobre o facto de terem que retomar um regulamento que já existia desde 2017 e, tendo em consideração que os preços, inclusivamente das carrinhas de transporte, tinham aumentado mencionou que não se percebia o motivo de ligar o apoio a dar ao número de crianças porque apoiar uma freguesia com 25 mil euros limitava bastante a compra da carrinha. Nesses termos, questionou a Câmara se não tinha dinheiro para ela própria comprar a carrinha. Terminou dizendo que iam abster-se.-----

-----De seguida tomou a palavra **Luís Alberto Castro Lopes Vasconcelos Pereira, eleito pelo PS**, para dizer que a sua intervenção era mais uma nota política do que pro-



priamente uma orientação de voto ou expressar de uma orientação de voto. Fazendo o enquadramento da proposta, mencionou que resultava de uma imposição, nomeadamente do IMTT, concretamente que o tempo de vida útil das carrinhas era de 16 anos e que poderia ser perfeitamente prolongada. Por questões de segurança, o IMTT bloqueava esse período, mas muitas das carrinhas que chegavam ao seu fim de vida estavam em perfeitas condições para continuarem o seu trabalho. O prolongamento, que tinha sido feito no tempo da pandemia, era uma questão que muito o orgulhava pessoalmente e muito orgulhava a Juventude Socialista e o Partido Socialista em Fafe porque tinha sido uma normativa que tinha saído do trabalho de proximidade dos deputados do Partido Socialista, quer com as suas populações, quer com as instituições locais. Podia dizer com toda a propriedade que este tinha sido um projeto que foi levado ao Parlamento pelo deputado Miguel Costa Matos, Secretário-Geral da Juventude Socialista, após uma reunião que tinham tido na altura das autárquicas e resultou da auscultação das associações com o Grupo Nuno Álvares, em que lhe foi colocado o problema de que efetivamente as carrinhas eram desperdiçadas e poderiam ser muito mais utilizadas.-----

Afirmou que o apoio que a Câmara dava para aquisição dos novos veículos, mostrava-se bastante relevante naquilo que era o valor total dos veículos porque o preço médio era de aproximadamente de 38 mil a 40 mil euros. -----

Terminou afirmando que, pelo exposto, o Partido Socialista ia votar a favor do apoio, sempre com as ressalvas de que um apoio maior era sempre uma mais-valia, não só para os veículos das juntas de freguesia, mas qualquer apoio que fosse dado às freguesias.-----

-----Posteriormente, usou da palavra **Bruno Manuel da Silva Oliveira, eleito pelo Grupo de Cidadãos Eleitores “José Ribeiro por Fafe Sempre”**, para fazer uns reparos que podiam ser acomodados por parte do executivo. Começou por dizer que o valor referido pelo deputado do PS era certamente para uma carrinha de 9 lugares. Sugeriu que o apoio pudesse ter algum tipo de bonificação caso a viatura que viesse a ser adquirida fosse elétrica ou híbrida. Sugeriu, ainda, que a Câmara tentasse articular de modo que essas mesmas carrinhas que asseguravam o transporte de crianças, pudessem ser reutilizadas e reaproveitadas por coletividades do município, quase criando um



efeito de círculo em que essas mesmas carrinhas depois fizessem o transporte das crianças.-----

-----De seguida, tomou a palavra o **Presidente da Junta de Freguesia de Revelhe**, para, relativamente à questão das carrinhas e da atribuição do subsídio previsto no regulamento, sugerir que fosse revisto pelas razões que já elencadas. Alertou que no preço total dos veículos estava incluída a aquisição bem como a transformação, que ficava muito cara, explicando que a aquisição podia rondar os 30 mil euros, à qual acrescia o valor de uma transformação de cerca de 15 mil euros. Pertencendo ao grupo de freguesias mais pequenas e tendo em consideração que o critério era o número de crianças, mencionou que se tivesse de comprar uma carrinha de 16 lugares e se uma freguesia maior tivesse que comprar a mesma carrinha, ela iria custar o mesmo, pelo que entendia que o valor atribuído devia ser por tipologia da carrinha, pois seria mais justo.-----

-----Pelo **Presidente da Câmara** foi dito que se podia retirar a proposta de modo a que a mesma fosse revista.-----

-----O **Presidente da Mesa** colocou à votação a retirada da ordem de trabalho da presente proposta, tendo sido, ***aprovada, por maioria, com um voto contra (PSD/PPD)***.-----

Ponto dois ponto catorze - Apreciação e Votação de Proposta do Plano Municipal de Ação Climática;-----

-----Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** para explicar, de forma muito sucinta, que o Município tinha aderido a um conjunto de planos e pactos na área do ambiente. Mencionou que em 2011, tomou aqui nota do Pacto Autarcas pelo clima, depois a plataforma da ODS em local, depois, em 2017 o plano de mobilidade, mais tarde um plano intermunicipal que estava a ser constituído e agora havia necessidade, face à legislação, de se ter um plano. Informou que foi feito através de uma prestação de serviços, com uma equipa que ajudou a elaborar o plano, portanto, havia uma imposição legal de o fazerem, sendo acompanhado pelos serviços técnicos e pela Senhora Vereadora responsável.-----

-----De seguida, foi dada a palavra a **Nuno Vasco Moreira Lopes, eleito pelo PSD/PPD**, que iniciou a sua intervenção desejando umas festas repletas de alegria e de amor



a todos e, na época natalícia em que se encontravam, transmitir uma Mensagem positiva. -----

Afirmou que estava completamente convicto que todos os presentes no auditório davam sempre o seu melhor para garantir um futuro mais próspero para Fafe. Também, não tinha absolutamente dúvidas algumas que o faziam, antes de tudo e em primeiro lugar, movidos pelo amor à sua Terra Fafe e ao seu povo, os Fafenses. Mencionou que cada um desempenhava um papel crucial fosse na execução ou na supervisão, todos unidos por um objetivo comum, proporcionar aos Fafenses a melhor qualidade de vida possível. Continuou dizendo que também não tinha qualquer tipo de dúvida de que existia um profundo respeito e estima mútua entre todos, pessoalmente, uma grande estima pelo atual executivo e tinha imenso gosto em cultivar amizades de longa data e relações mais recentes também com os membros que compunham o Executivo, com muito era exatamente como assessores. Dos meus colegas deputados com quem partilhava uma história de estima, em alguns casos mais longa, nas outras, mais recente. O que queria transmitir era que, apesar dos diferentes papéis e posições políticas opostas que desempenhavam na Assembleia Municipal, o respeito e estima pessoal e amor pela nossa Terra e pela nossa gente estavam e deviam estar acima de qualquer divergência política. Gostaria também de aproveitar o momento para prestar uma justa mas pequena homenagem, só palavras a uma pessoa que estava na sala, que no dia da presente reunião comemorava trinta anos como deputado municipal, trinta anos a servir os Franceses, obrigado, Deputado Armindo Fernandes. -----

Sobre o plano da ação climática, apesar de já ter ouvido a explicação, mencionou que fazia sentido se estivesse integrado numa estratégia para o desenvolvimento do Concelho, contudo, não havia uma estratégia em que o plano pudesse estar integrado no desenvolvimento do concelho, nem uma estratégia para a transição climática, nem para a transição digital, nem para a sustentabilidade socioeconómico ambiental. Referiu que tinham um plano de ação climática isolado, pelo que a pergunta que fazia era o porquê de ter o plano no esse momento. -----

Reportando-se às palavras do Presidente da Câmara que tinha dito que era obrigatório e, a partir do ano que se seguia, todos os municípios teriam de ter um plano de ação da ação climática. E tinham também esse roteiro com medidas para mitigar as emissões de efeito de estufa e, também, tinham que se adaptar às ações climáticas.



A lei de bases do clima também provinha de uma meta Europeia que se pretendia atingir a neutralidade carbónica em 2050. Mencionou que a empresa que tinha feito o estudo era uma empresa de consultoria. Afirmou que estava ciente que os municípios iriam precisar desses planos de ação climática e que se iriam tornar obrigatórios e, portanto, desenvolveram uma metodologia para calcular as emissões de gases com efeito de estufa para todos os municípios e também simular diferentes cenários que variam de acordo com as medidas de ação que cada município poderia adotar. Portanto, a empresa aplicou essa metodologia de Norte a Sul, fazendo recomendações de altíssima qualidade. Mencionou que isso não estava em questão, no entanto o mesmo poderia estar mais ajustado à realidade da nossa Terra e evitando uma abordagem genérica e podia ter-se envolvido todos os intervenientes no concelho que pudessem contribuir para se atingir a neutralidade carbónica. E com isso, iriam ter um estudo que estava ajustado à nossa realidade, a partir desse momento, já seria muito mais fácil desenhar não apenas o plano, mas também as medidas específicas que poderiam adotar para mitigar as alterações climáticas e tornar-nos neutrais carbonicamente em 2050, portanto, a abordagem atual, que lhe parecia era a de que era um estudo demasiado genérico e que o que podia acontecer era que depois podia ter pouca utilidade e simplesmente depois que ficava nos arquivos, que serviria apenas para cumprir a legislação e não gostava que isso acontecesse. -----

Afirmou que também tinha tido a oportunidade de ver que no roteiro para a carbonização já estavam algumas iniciativas do município para a fazer essa mitigação e adaptação às alterações climáticas. Porém, achava absolutamente insignificantes a intervenção, reabilitação e valorização dos rios Vizela, Bugio do Rio dos rios, Vizela, Bugio e Ferro, a celebração do Dia Europeu sem carros, a requalificação da pista de cicloturismo. Essas medidas não chegariam certamente para descarbonizar o concelho de Fafe e que se precisava de muito mais, mencionando que era preciso mais carros elétricos, um conjunto de medidas e um esforço que envolvesse vários setores do concelho.-----

-----Posteriormente, foi dada a palavra a **Alexandre Dias Leite, eleito pelo PCP/PEV**, para dizer que a lei de base do clima obrigava os municípios a ter um plano municipal e, por isso, a Câmara tinha esperado que chegasse quase ao fim do prazo. Referiu que entendia que o problema era que a lei não obrigava a que o plano tivesse ligação à realidade nem que fosse específico, pelo que a lei só obrigava que tivessem planos e, por



isso, a Câmara arranjou um plano, contratou uma empresa e pagou, pelo que era melhor ter um plano genérico, não muito ligado à realidade do que do que não ter nada. Era preciso fazer coisas que tivessem mais ou menos planeadas, era para isso que serviria o plano. Concordava que a elaboração do plano não era o principal mas sim a sua execução. -----

Prosseguiu, perguntando se a Câmara não dispunha de quadros técnicos, nem políticos capazes de elaborar o plano, perguntando como um plano elaborado externamente, sem acompanhamento de um técnico da Câmara, ia ser executado, verificado e posto em prática. Perguntou se estava prevista a contratação de recursos humanos para o acompanhar. Referiu que se podia ter aproveitado o plano para fazer alterações no PDM relacionadas com a mitigação das alterações climáticas, se tivessem pensado um pouco antes. Mencionou que sabia que não estava um grande plano e que era mesmo uma gota no oceano. Quanto à mobilidade no concelho disse que a Câmara podia fazer uma coisa muito simples, como colocar um abrigo de passageiros na Zona Industrial do Socorro, onde não existia um único abrigo para quem esperava pelo autocarro.-----

-----Por fim, solicitou a palavra **Manuel Armindo Tavares Fernandes, eleito pelo PS**, para agradecer a homenagem que lhe tinha sido feita.-----

-----Não havendo mais intervenções, foi colocado à votação, tendo sido aprovado, **por maioria, com 6 abstenções (PCP/PEV e PSD/PPD)**.-----

Ponto dois ponto quinze – Apreciação e Votação de Recomendação para a Criação da Figura do Provedor do Município;-----

-----Foi dada a palavra a **José Manuel Martins Ribeiro, eleito pelo Grupo de Cidadãos Eleitores “José Ribeiro por Fafe Sempre”**, para dizer que todos sabiam quais eram as funções de um provedor municipal do município e que cerca de dois terços dos municípios portugueses já tinham. Explicou que o Provedor era uma figura que existia praticamente em todas as empresas públicas e não públicas e, quando devidamente criado e com a independência que devia ter, era um auxiliar do cidadão. Portanto, era alguém que intermediava a relação entre um o cidadão e a administração ou a direção do serviço. Porventura, já alguns dos presentes recorreram ao Provedor de uma qualquer empresa e constatava-se que ele defendia a empresa e não o cidadão. Entendia que não se podia dizer o mesmo do Provedor Nacional, constatava que havia uma rela-



tiva prontidão na resposta e, também, uma independência na forma como tratavam os assuntos. A criação desse Provedor seria importante para a defesa do munícipe e para estimular também a resposta do serviço, eram um mecanismo que ajudaria também a maior, melhor e mais democracia.-----

-----Solicitou a palavra **Nuno Vasco Moreira Lopes, eleito pelo PSD/PPD**, para deixar a experiência que teve na universidade, com a figura de Provedor, salientando que tinha um papel de extrema importância para os estudantes, fazendo a mediação com a universidade, afirmando que a experiência que tinha sido muito positiva. Nesse caso, era uma provedora e resolvia muitos dos problemas dos estudantes que muitas vezes tinham dificuldade em ver a situação resolvida, afirmando que tinha que ser uma pessoa idónea e equidistante.-----

-----De seguida, usou da palavra **Alexandre Dias Leite, eleito pelo PCP/PEV**, para dizer que essa figura poderia trazer melhor e mais democracia pois entendia que se houvesse melhor e mais democracia, já não precisava dela. Prosseguiu dizendo que se tivessem uma assembleia que funcionasse melhor, se tivessem uma participação democrática melhor, não precisariam de provedor nenhum e ele não garantia melhor nem mais democracia. Entendia que estavam a falar de resolver um problema burocrático na Câmara, fazer um registo de uma licença. Mencionou que o órgão Assembleia Municipal servia como Provedor do Município, onde estavam as forças políticas representadas, o Público podia até participar também no final das sessões. Entendia que era preciso procurar melhorar os mecanismos democráticos, achando essencial que se criasse mais condições para uma maior ligação dos eleitos para com a população e esse era o maior mecanismo de proteção do cidadão. Prosseguiu dizendo que a criação de um gabinete na Câmara para que os diferentes grupos eleitos pudessem receber os munícipes seria importante, um vez que se ia criar um para o Provedor porque não criar para os grupos, isso seria importante e representaria uma solução mais próxima do que propriamente a criação de um cargo que era um bocado vago. Terminou dizendo que seria difícil, conhecendo Fafe, encontrar alguém equidistante que não estivesse ligado a nenhum partido e que estivesse disponível e que não era o caminho certo.-----

-----Voltou a usar da palavra **José Manuel Martins Ribeiro, eleito pelo Grupo de Cidadãos Eleitores “José Ribeiro por Fafe Sempre”** para prestar mais uns esclarecimentos acerca das intervenções anteriores.-----



-----Não havendo mais intervenções, foi colocado à votação, tendo sido aprovado, **por maioria, com 1 voto contra (PCP/PEV) e com 2 abstenções (Deputada Anabela Martins e Manuela Jordão, Presidente da JF Golães).**-----

Ponto dois ponto dezasseis - Apreciação e Votação de Moção de Censura ao Presidente da Câmara Municipal – Omissão do Acordo com a Resinorte para a construção de Aterro Sanitário em Fafe e dos impactos ambientais;-----

-----Foi dada a palavra a **Alexandre Dias Leite, eleito pela PCP/PEV**, para dizer que achava estranho ser o único a querer falar sobre o assunto. Afirmou que o que tinha a dizer não era muito abonatório sobre essa moção que dividia o primeiro ponto como mais ou menos e os outros seis estavam ao lado do assunto. Caracterizavam negativamente os aterros, eles não eram maus por causa da Câmara. Mencionou que a única questão que seria relevante era que o Presidente da Câmara teria tido pouca transparência e que teria omitido a informação. Achava estranho que, nem o PS queria falar, nem quem a propunha; Achava estranho, também, que três forças políticas PSD, FS e Chega terem conseguido fazer uma coisa tão mal amanhada. Resumindo, entendia que o processo do aterro, que era mais ou menos o que os proponentes pretendiam dizer e que estavam contra a Câmara por causa do aterro, a seu ver a Câmara conduziu mal o processo e a oposição também estava a conduzir mal o processo, pelo que iria abster-se.-----

-----Usou da palavra **Nuno Vasco Moreira Lopes, eleito pelo PSD/PPD** para dizer que recentemente tinha ouvido uma entrevista do Presidente da Câmara à FafeTV onde mostrou abertura para se fazer uma reunião ou uma Assembleia para se discutir a questão, pelo que lançava o repto para fazer essa reunião convidando a Resinorte ou mesmo a Lipor, que eram entidades que tratavam dos resíduos urbanos e tinham perspetivas também diferentes para fazer o tratamento dos resíduos urbanos para se debater o assunto. Referiu que, certamente, o Presidente da Câmara tinha sido confrontado na Resinorte com a possibilidade do aterro vir para Fafe, tinha sido apanhado de surpresa e, portanto, foi confrontado com um compromisso de 20 anos e que foi num contexto muito diferente, sendo que as circunstâncias agora eram outras e num contexto totalmente diferente, e que por inabilidade, no momento, não conseguiu refutar esse compromisso assumido em circunstâncias totalmente diferentes das que viviam atualmente e também, obviamente tinham soluções. -----



Mencionou que os tempos tinham evoluído e existiam outras soluções tecnológicas para o tratamento dos resíduos. -----

A presente moção de censura prendia-se simplesmente com o facto de o processo ter sido conduzido em segredo, a parte da omissão e não ter sido dado conhecimento de que já tinha sido aceite pelo menos numa ata e estava escrito, que caso fosse necessário, o aterro viria para Fafe e, portanto, prendia-se com essa razão e essa omissão. Pelo que sabiam, também estava a ser feito um estudo para ver que soluções existiam, que não souberam através do Município, mas por outras vias, pelo que era por esse tipo de omissões que censuravam e que deviam ser informados sobre os impactados com a solução. Portanto, sabiam que o estudo ia exactamente na direcção do que estava a recomendar a moção de censura, lamentou que todo o processo tenha sido feito de uma forma clara e transparente para todos e para que se pudesse também, de alguma forma, defender os interesses de todos os fafenses, que era para isso que cá estavam.-----

-----De seguida usou da palavra **José Manuel Martins Ribeiro, eleito pelo Grupo de Cidadãos Eleitores “José Ribeiro por Fafe Sempre”**, para dizer que esta será provavelmente a sua última intervenção nesta Assembleia e dado o momento, queria em primeiro lugar, associar-se à homenagem feita ao Deputado Armindo Fernandes, sugerindo à Mesa que não considerasse esse um ato isolado, afirmando que havia na Assembleia muitos outros. -----

Prosseguiu dizendo que lhe parecia que o Deputado Vasco Lopes estava a propor uma trégua, que também propunha, uma vez que na última assembleia o Presidente da Câmara tinha dado informações complementares e manifestou a disponibilidade para a constituição de uma comissão, tendo PS nessa altura não aceiteado a sua constituição. Referiu que estando a menos de dois anos das eleições autárquicas não haveria aterro e que, tendo o Governo demitindo-se, portanto, veriam o que iria acontecer em março. De qualquer forma, o Governo não viria impor um aterro, se não o quisessem. Os documentos que tinha pedido, e dado apenas lhe terem sido enviado no dia anterior à presente reunião, não os conseguiu ler “com olhos de ler”, mas tinha visto o suficiente para constatar que a sua memória estava boa ou seja, aquilo que pensava do assunto e as decisões em que tinha intervindo, eram aquelas que constavam das atas que tinha recebido. Afirmou de forma muito clara e pela primeira vez aqui na Assembleia, que não havia nenhuma obrigação de respeitar aquelas deliberações, sendo que estava de



acordo que o processo era um processo solidário e que haveria um momento em que teria que acontecer a vez de Fafe, mas não era agora. Mencionou que as circunstâncias se alteraram profundamente, que não se ia alongar e haveria o momento. Referiu que o Presidente da Câmara iria promover a reunião onde o assunto seria abordado de forma clara, portanto, propôs que de facto que a proposta fosse retirada.-----

-----Usou da palavra **Luís Alberto Castro Lopes Vasconcelos Pereira, eleito pelo PS**, para dizer que a sua intervenção seria muito rápida e era exatamente para falar da ex-temporaneidade dos processos, nomeadamente da criação da Comissão de acompanhamento do processo de instalação do aterro em Fafe. Mencionou que a verdade era que, estando a ser feitos os procedimentos técnicos, nomeadamente o estudo que já referenciado, na altura em que a Comissão tinha sido proposta, ainda não tinha sido iniciado o estudo, mas efetivamente já se estava a proceder. Já estavam em vias procedimentos técnicos, um estudo de modo a adequar o existente que tinha 20 anos, não estava atualizado, tanto a nível tecnológico com a nível territorial, às necessidades. Prosseguiu, dizendo que se na altura não havia o conhecimento técnico atualizado para constituirmos uma comissão que efetivamente fosse avaliar alguma coisa de material, se no dia em que existisse esse conhecimento, esses relatórios e estudos, o Partido Socialista não se nunca se iria opor. Afirmou que perante esse estudo iria requerer que a Assembleia o apresentasse, abrindo as portas à sociedade por forma a que fossem feitas sessões de esclarecimento para mostrar à população, a toda a comunidade. Obviamente que a instalação de um aterro tinha uma decisão técnica e política. A sua intervenção era um voto de confiança dado ao Executivo Municipal e nomeadamente ao Presidente da Câmara, para continuar na condução desse processo com todas as diligências que estavam a fazer e que já tinha sido feitas e que iria certamente continuar a fazer até que pudesse dar dados concretos.-----

-----Por fim usou da palavra o deputado **Bruno Manuel da Silva Oliveira, eleito pelo Grupo de Cidadãos Eleitores “José Ribeiro por Fafe Sempre”** para aproveitar para relembrar algumas pessoas da Assembleia de que um dos argumentos que estava a ser falado, era a questão relacionada com a elaboração de um estudo por parte de um ex-Ministro do Ambiente e o seu Secretário de Estado. Não tinha problemas nenhuns em dizer as coisas como elas eram. Afirmou que o assunto já tinha sido abordado na última reunião da CIM do AVE, sobre a qual tinha apresentado uma moção de censura à Mesa,



que foi retirada porque o Presidente da CIM tinha dito a todas as pessoas que lá estavam presentes, que a CIM, em parceria mais alguns organismos, estaria envolvido nesse processo. Mencionou que lhe custava lidar com esse assunto dessa forma que dizia respeito a todos e não tinha a mais pequena dúvida que houvesse alguém que quisesse o aterro em Fafe.-----

-----Foi dada novamente a palavra a **Nuno Vasco Moreira Lopes, eleito pelo PSD/PPD**, para dizer que tendo havido aqui novos desenvolvimentos e respondendo ao deputado José Ribeiro que era da opinião que se devia retirar a moção de censura, ele era de opinião contrária e porque a omissão tinha acontecido, pois só souberam que havia um compromisso assumido em ata de uma reunião com a Resinorte, através do Secretário de Estado, na Assembleia da República e tantas vezes tinha sido questionado o Presidente da Câmara sobre o mesmo e também tinha omitido que era o Engenheiro Matos Fernandes, ex-ministro, a fazer um estudo para ver quais eram as melhores soluções para fazer o tratamento dos resíduos urbanos industriais. Referiu, portanto, que tinha havido uma série de omissões pelo que entendia que a moção se justificava inteiramente e continuava válida. Notou a existência de um recuo, tendo Presidente da Câmara mostrado uma abertura para discutir o processo de uma forma aberta e mais transparente.-----

-----Foi dada a palavra a **José Manuel Martins Ribeiro, eleito pelo Grupo de Cidadãos Eleitores “José Ribeiro por Fafe Sempre”** para tecer alguns comentários sobre as intervenções anteriores.-----

-----Pelo deputado **Pedro Manuel Lopes Magalhães, eleito pelo PSD/PPD**, também, foram tecidos alguns comentários.-----

-----por fim, foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** que começou por apelar à compreensão de todos porque não se aceitavam afirmações levianas, como tinha sido feita à sua pessoa. Mencionou que já tinha dito em duas ou três sessões que estava disponível para todos os debates e dito que a primeira reunião nem tinha sido com aquele Secretário de Estado, mas sim como Dr. Galamba. Afirmou que se a moção ou documento em análise fosse apenas subscrito pelo PSD e “pelo sarrabisco”, até desvalorizava, contudo também tinha sido assinado pelo deputado José Ribeiro, o que o levou a que fizesse ele próprio o documento que estava a ser distribuído e ficava anexo à atas. Referiu que tinha ido buscar declarações de José Ribeiro, à data de 2013 até para aju-



dar aqui a contextualizar a questão e depois se lhe dessem oportunidade, de forma te-
legráfica, explicar. -----

Afirmou que estavam apenas factos e não opiniões dele, começando por contextualizar como o processo se iniciou e como tinha chegado à data atual. Portanto, em 1986 dizer que uma pessoa visionária, o Dr. Paricídio Summavielle, a quem se devia a criação da associação de municípios, inicialmente, a Associação de Municípios Terra Verde à qual se juntou Fafe, Santo Tirso, Guimarães e Vila Nova de Famalicão. Em 1991, surgiu a AMAVE, com a junção de Vieira do Minho, Póvoa, Lanhoso, Póvoa de Varzim e Vila do Conde. À data de 90, como estava dito, existiam 3 lixeiras e Fafe tinha uma em Esto-
rãos, portanto, havia necessidade de resolver um problema da selagem das lixeiras e em 1992, esses municípios lançaram um concurso para conceção, construção e gestão de um sistema intermunicipal de resíduos sólidos urbanos do Vale do Ave a que se cha-
mou SIRVA. Sucintamente, selaram a lixeiras de Fafe e durante cerca de 20 anos, até 2009, os resíduos ou refugo de todos os concelhos eram encaminhados quer para San-
to Tirso, quer para Guimarães. Esse sistema tinha-se afirmado em termos nacionais, era um sistema que tinha todas as potencialidades para ser autónomo. Esses municípios foram capazes de criar a unidade de compostagem em Vila Nova de Famalicão, selaram as lixeiras, implementaram a recolha seletiva, construíram e ecocentros, até que os aterros, quer de Santo Tirso, quer de Guimarães chegaram à luz amarela porque esta-
vam a chegar ao seu fim de vida e aquilo que tinha sido acordado entre os municípios era que haveria rotatividade dos aterros. Referiu que quando houve necessidade, em 2013, de ver quais os municípios que iam acolher os novos aterros que surgiu a grande confusão porque o município de Famalicão tinha “roído a corda”, não querendo assu-
mir o compromisso que vinha de trás. Houve eleições em 2021 e o novo o atual Presi-
dente de Câmara, o Armindo Fernandes, não quis assumir o compromisso, portanto, a primeira ata que transcrevia era a ata do Conselho de Administração da AMAVE de 7 de Outubro de 2013, em que deliberava sobre as posições assumidas pela Câmara de San-
to Tirso e de Guimarães, no sentido de não deixar que o refugo de Famalicão fosse en-
caminhado para nenhum desses 2 aterros. Essa situação foi prevista no tempo, não tendo sido admitido que a sua resolução passaria por serem construídos mais 2 aterros sanitários, um no município de Fafe e outro no município de Famalicão, que estariam em funcionamento logo que possível, mas sempre antes da saturação dos aterros de Guimarães a Tirso. A Câmara de Fafe já assumiu os seus compromissos e a da constru-



ção do aterro sanitário de Fafe, que deveria iniciar-se em breve. Informou que a Câmara de Famalicão não tem vindo a confirmar a sua disponibilidade para avançar com a construção imediata do aterro que teria de ficar sediado em Famalicão, de forma a iniciar o seu funcionamento pelo menos no início de 2025. Esse não assumir de responsabilidades da Câmara de Famalicão deu o que era conhecido como guerra no seio AMAVE sendo o Presidente, à data, José Ribeiro, tendo transcrito alguns dos títulos dos jornais que apareceram à data como guerra dos lixos. Continuou afirmando que, passadas três semanas, o próprio José Ribeiro levou uma proposta subscrita por si, em que a AMAVE deliberasse: “1 - Que se avance para a construção do processo de instalação de um aterro sanitário; 2 - Que fique deliberado que os aterros a entrar em funcionamento são seguintes e por esta ordem : 1 Fafe; 2 Famalicão; 3 Vizela e 4 Trofa e depois voltava a Guimarães e Santo Tirso”, esse era o compromisso que estava assumido. Mencionou que depois, na reunião de 18/05/2004, foi presente à reunião a Comissão Técnica para a definição do aterro em Fafe, que era composta por um elemento da Câmara, um da AMVE, dois da Comissão de Coordenação, sendo coordenada pela AMAVE. Passados dois meses, essa Comissão apresentou um relatório técnico que levou a que se estudassem os locais no Concelho de Fafe e essa Comissão estudou cinco locais e apontou Armil como localização para receber o aterro. A situação foi avançando e já em 2004, a AMAVE acabou por suportar os encargos para levar o seu refugo para Celorico e Boticas. Chegando a 2005, essa comissão técnica apresentou um novo cronograma com justificação dos atrasos, devendo o processo prolongar-se em 2006. Também, nessa data, José Ribeiro, depois do processo estar a avançar, apresentou uma contrapartida de duplicação da via que ligava a Guimarães e de um acesso ao nó da autoestrada que depois serviria Armil, numa reunião que ocorreu do Conselho de Administração em 05/09/2006. Houve contactos da AMAVE, no sentido de poder reverter o sistema e a interligar-se com a LIPOR e, o que sabia das reuniões que tinha tido com a LIPOR era que, embora a AMAVE tivesse manifestado interesse numa colaboração em parceria, que não teve qualquer tipo de evolução, não por culpa da LIPOR mas porque a AMAVE não tinha avançado muito nessa proposta. Informou que em maio de 2007, José Ribeiro avançou com um estudo para a criação de um parque eco-empresarial que poderia acolher indústrias de sucata e também ter o aterro. Elencou jornais à data onde José Ribeiro referia, relativamente a esse processo, que tinha um problema em mão, onde dizia que o Município de Fafe cumpria o acordo verbal e garantia a constru-



ção de uma nova infraestrutura e o mesmo deveria ter sido assumido pela edilidade fmalicense em cumprimento do acordo verbal feito no seio da AMAVE. Mencionou que no outro jornal, dizia que Fafe já tinha, em sede de revisão do PDM, já tinha definido dois espaços para neles instalar o aterro e num outro alertava os seus parceiros para a necessidade de imperar bom senso que permitisse ultrapassar o diferendo que obrigava a pensar numa solução de compromissos para o futuro e, num outro artigo, dizia que José Ribeiro deixava claro que os acordos do passado eram para cumprir dizendo que terreno já existia. Continuou dizendo que, chegados a 2008, o contrato que existia com SERURB/SUMA terminava em 2009 e a AMAVE resolveu não dar continuidade a esse processo e, já em 2008, o Governo começou a estudar uma forma de integrar os diversos sistemas porque tinha sistemas deficitários, como o de Boticas, de Lamego e de Vila Real que tinham muita população, mas não tinha refugo em quantidade suficiente para tornar o processo com viabilidade económica e, portanto, juntou-lhe a AMAVE. Referiu que essa decisão não tinha sido técnica porque a decisão técnica apontaria para não fazer esse acordo de integrar um sistema intermunicipal, dito pelos técnicos do município e da AMAVE, mas sim uma decisão política apenas de integrar um sistema que fundisse os serviços todos. Afirmou que, em 2009, foi efetuado esse acordo entre o Estado, que era o concedente, e a Resinorte, criada com dinheiros completamente públicos, portanto, que integrava o Estado, integrava os municípios, tinham sido feitos estudos de sustentabilidade ambiental e estudos de viabilidade económica e financeira. O contrato de concessão, assinado com o prazo de concessão a terminar em 31/12/2039, dizia que o resgate da concessão, não dizia que era a Câmara, dizia que o Concedente e o Estado português poderiam resgatar a concessão, retomando a gestão direta do serviço Público concedido sempre que, por motivos de interesse público, justificassem, decorrido que fosse menos de metade do prazo contratual inicial, mediante aviso prévio total, pelo menos 15 anos tinham que se cumprido. Depois, dizia que “resgatar a concessão”, a concessionária teria direito a uma indemnização determinada por uma terceira entidade independente, portanto, o resgate da concessão carecia de autorização ou da condução do Estado e tinha sempre associada uma indemnização. Referiu que de 2010 a 2013, a AMAVE não tinha prevista a construção de aterro absolutamente nenhum, o que havia era a requalificação do aterro sanitário de Guimarães e encaminhar o refugo da central de compostagem parcialmente para Codeçoso e Boticas. Afirmou que os investimentos de 2014 a 2025, mantinham o modelo técnico da va-



lorização orgânica em curso, entrava em funcionamento a unidade de tratamento e valorização do CDR e a receção de processamento e realizava-se a construção de um aterro no município de Fafe, embora, conforme previsto inicialmente pela AMAVE, para rejeitados da central de compostagem para as cinzas e escórias restantes da valorização do CDR. Depois ainda previa investimentos de 2026 a 2039 e, aqui, também havia uma novidade e acreditava que José Ribeiro, à data, não atentou naquilo que assinou, porque previa a conclusão da segunda célula de deposição do aterro em Fafe, pelo que os outros municípios daquela deliberação foi tomada de Fafe, depois Famalicão e outros não teriam nada até 2039. Chegamos a 2014, e o Governo do Dr. Passos Coelho, Governo do PSD, privatizou a “IGF”, mas os compromissos eram só os mesmos. Deu conta do que tinha acontecido de 2014 a 2024, nesses 10 anos, o que já se tinha pago, pelo facto de se estar a transportar o refugo para Boticas, Vila Real, Celorico e Lamego. A Câmara, à data que José Ribeiro deixou a presidência pagaria, à volta de meio milhão de euros, em 2014, Raul Cunha, enquanto Presidente da Câmara, já gastou 588 mil euros e agora iam pagar em 2024, 1400 mil euros para tratamento em aterro. Mencionou que havia uma evolução no montante de 1 milhão de euros por ano, a TGR era de 4 euros e estava agora em 35, a taxa de deposição em aterro era 36 euros e no ano que se seguia passaria para 65. Era com isso que o Município de Fafe estava confrontado, o de Guimarães, o de Famalicão e todos os outros que estavam a suportar pelo facto de não existir um aterro na área do Vale do AVE. Os municípios, a Resinorte e o Secretário de Estado, numa reunião na Comissão de Coordenação, confrontaram o município de Fafe sobre os acordos que vinham de trás e estavam assinados O aterro de Vila Real e, entretanto, o aterro de Boticas tinha encerrado e como sabiam o refugo todo estava a ser encaminhado para lá, a dar sinais de chegar ao terminus. O de Lamego já tinha aumentado mais uma célula e, entretanto, também já estavam a expandir o de Celorico mesmo contra a vontade do Município porque tinham de encontrar uma solução. Pelo que, o que tinha dito nessa reunião era que não estava contra assumir os compromissos que vinham do passado, retomando aquilo que José Ribeiro tinha dito sobre os acordos tinham de ser por escrito, disse que tinha que ter uma acessibilidade/autoestrada que era o que estava decidido tendo-se limitado a transcrever o que vinha de trás e disse, à data, a todos que se calhar havia soluções, e portanto aquilo que fez foi dizer que se tivesse de haver aterro na AMAVE se calhar seria em Fafe pelos compromissos que vinham de trás, contudo ia lutar no sentido de tentar encontrar e ajudar a encon-



trar uma solução que passasse pela não construção do aterro nem em Fafe, nem em lado nenhum. Informou que fez diversas reuniões, a primeira delas foi no Município de Fafe, com a visita do Ministro do Ambiente e o Secretário de Estado, o novo, depois voltou a reunir com o Secretário de Estado, várias vezes bem com o Ministro, no sentido de eles poderem colocar os sistemas que fossem autónomos e interligados entre eles para haver cooperação. Teve várias reuniões com a Resinorte e com a LIPOR, sabia o que eles pensavam sobre este assunto. Pressionou a CIM em diversas reuniões para terem do seu lado pareceres técnicos e jurídicos que os habilitassem a negociar porque precisavam de ferramentas que lhe permitissem ir para a mesa da negociação até para resgatar a concessão, afirmando que era esse o ponto de situação. -----

Mencionou que já há 9 meses que a Resinorte não o abordava e afirmou ter-lhes dito que tinham que encontrar uma solução, e disse-lhes claramente que a LIPOR tinha disponibilidade e interesse até que o refugo fosse para lá e estava a ir. Era um assunto com alguma complexidade. Terminou dizendo que na revisão do PDM não existia nenhum terreno para aterro e entendia que o assunto já estava esclarecido.-----

-----Por fim solicitou a palavra **José Manuel Martins Ribeiro, eleito pelo Grupo de Cidadãos Eleitores “José Ribeiro por Fafe Sempre”** para dizer que o que se estava a discutir era se tinha havido ou não da parte do Presidente da Câmara a transparência na informação e de facto não houve total transparência. Deu-se por satisfeito com alguns esclarecimentos que foram prestados, que eram novos, não desmentia nada daquilo que tinha e mantinha exatamente a mesma posição, o que dizia agora era que não estavam obrigados a respeitar essas deliberações porque as circunstâncias se alteraram completamente.-----

-----Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação, sendo **rejeitada, por maioria, com 5 votos a favor (PSD/PPD) e com 5 abstenções (JRPFS e PCP/PEV).**-----

-----Colocada a votação a ata da sessão de 28 de setembro de 2023, foi, **por unanimidade, aprovada.**-----

-----Terminada a Ordem de Trabalhos, pelo Primeiro Secretário foi efetuada a leitura da minuta da ata da presente sessão que, colocada a votação, **foi aprovada, por unanimidade.**-----



-----Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente sessão, quando eram quarenta e cinco minutos do dia vinte e dois de dezembro de dois mil e vinte e três.--

-----E, nos termos legais e regimentais, se lavrou a presente ata que, nos termos do artigo cinquenta e sete do Anexo I da Lei número setenta e cinco de doze de setembro de dois mil e treze, será assinada pelos Membros da Mesa.-----